

1



1

2

**GOVERNO FEDERAL**

3

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

4

**CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

5

6

7



8

9

10

11

12

13

# 14 98ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do 15 Meio Ambiente

16

17

18

19

20

21

22

23

24

Sala de CT, Térreo do Edifício Marie Prendi Cruz, W2 Norte, qd. 505, It. 2, bl. B Brasília/DF.  
26 de maio de 2010.

25

26

27

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

28

29

2

3

**30 SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Conselheiros e conselheiras, 31 nós já temos quórum. Quero dar as boas-vindas para todos para darmos início a 32 essa 98ª Reunião Ordinária do CONAMA e passar imediatamente a palavra ao 33 nosso Secretario Executivo, hoje Ministro Interino que vai fazer a abertura desta 98ª 34 Reunião Ordinária do CONAMA.

35

36

**37 SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Quero cumprimentar a todas as conselheiras e a 38 todos os conselheiros, desejando a todos e a todas, um bom dia, uma boa reunião. 39 Dizer que para mim é uma honra muito grande poder neste momento, substituir a 40 Ministra Izabella que está em viagem para o exterior e que me que pediu 41 transmitisse a este Conselho a sua saudação, e eu o faço com muito prazer. Dizer 42 que a reunião de hoje é uma reunião que tem uma pauta bastante significativa, do 43 ponto de vista do seu conteúdo, já que temos matérias que já vem sendo discutidas 44 há muito tempo, com bastante profundidade neste Conselho. O que nos enseja uma 45 oportunidade muito grande de continuarmos regulamentando a Política Ambiental 46 Brasileira, no sentido de oferecer cada vez mais e melhores instrumentos para 47 gestão ambiental. Vivemos uma conjuntura de um intenso debate sobre a questão 48 ambiental e isso é um sinal muito promissor do amadurecimento da sociedade 49 brasileira nas suas várias partes, nas suas várias instâncias. Nós estamos 50 empenhados em prosseguir construindo a nossa Política Ambiental de maneira 51 consistente, de maneira democrática e participativa envolvendo os 3 níveis da 52 federação, envolvendo a sociedade e procurando cada vez mais também, buscar 53 uma política integrada, que signifique cada vez mais a consideração da questão 54 ambiental, como uma questão estruturante das políticas públicas vencendo a cada 55 passo, muitas vezes, a dificuldade de enxergarmos a questão ambiental como uma 56 questão meramente setorial, periférica as Políticas Públicas. Acredito que o grande 57 esforço que temos sobre os ombros é cada vez mais, trabalhar para que as Políticas 58 Públicas estejam presentes em todas as políticas setoriais. De tal modo que a 59 questão ambiental, ela seja um eixo fundamental, uma visão de desenvolvimento 60 sustentável para o nosso País. Acredito que nós temos hoje muitos instrumentos 61 que favorecem essa construção, mas é claro que ainda nos ressentimos de um 62 aprofundamento maior, dessa perspectiva e acredito que este Conselho, para além 63 das suas funções de, regulamentar e colocar normativos, é construir instrumentos 64 para a Política Ambiental, também tem certamente a responsabilidade de induzir 65 esse trabalho, de olharmos e praticarmos a questão ambiental e os seus princípios e 66 as suas diretrizes para o interior das Políticas Públicas, sobretudo, no que concerne 67 ao debate sobre a questão da infraestrutura do País. O País precisa de 68 infraestrutura, de uma infraestrutura que melhore as nossas condições econômicas, 69 mas que evidentemente que, possam ser recepcionadas dentro de um processo de 70 integração. Os projetos todos precisam ser erigidos com base na sustentabilidade. 71 Isso é o nosso sonho, esse me parece que é o ponto central da nossa Política 72 Ambiental. Eu, uma vez fazendo essas colocações iniciais, mais uma vez eu quero 73 dar as boas-vindas a todos. E dizer que nós temos a expectativa de poder vencer 74 essa nossa pauta com bastante tranquilidade, com bastante espírito público que é 75 uma característica deste Conselho, uma vez que dito isso, eu devolvo a palavra ao 76 nosso Secretario do Conselho para explicar a pauta, o seu sequencialmente e qual, 77 enfim é a ordem dos trabalhos.

78

79

**80 SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Apenas eu quero, o 81 secretario já mencionou que hoje está substituindo e representando a Ministra

82Izabella Teixeira. Ela se encontra em viagem para o exterior, apenas em função  
83disso que não está aqui entre nós hoje. O próximo item da pauta, o item 2, debate  
84temático, nós prevíamos nesta Plenária atendendo, inclusive algumas demandas  
85dos próprios conselheiros de que o CONAMA e propostas da Ministra Izabella que o  
86CONAMA passe a se dedicar também nas Plenárias a debates estratégicos para o  
87desenvolvimento sustentável e em primeiro lugar, inclusive, ela já pautou em  
88discussão com de Ministério de Minas e Energia e também proposta das entidades  
89da Sociedade Civil, um debate sobre a política energética e a questão ambiental,  
90mas infelizmente em função de que nós tivemos uma Reunião Extraordinária em  
91abril, que nos ocupou durante todo o mês de abril e depois encaminhamentos  
92daquela Plenária. Também o Grupo Assessor que teve que se reunir nesse período  
93para discussão sobre a proposta de Resolução referente a licenciamento de  
94empreendimentos no entorno de unidades da conservação e, além disso, o CIPAM  
95também teve que se reunir tanto em abril quanto agora um maio, para dar  
96seguimento e fechar uma proposta de Regimento Interno do Conselho, em função  
97dessas atividades mais a organização dessa Plenária, nós tivemos realmente  
98dificuldade de preparar num prazo tão curto um primeiro debate com a qualidade  
99que a própria Ministra vinha propondo e vinha de certa maneira exigindo que nós  
100fizéssemos. Então, nós chegamos à conclusão de que o mais adequada seria  
101programar esse debate com mais tempo, com o termo de referência buscando,  
102inclusive sugestões. Ontem os representantes da Sociedade Civil e da ABEMA  
103insistiram que nós prepararmos de uma forma participativa esse debate a da  
104Plenária de agosto da 99ª Reunião do CONAMA de agosto. Então, nós vamos  
105preparar um termo de referência a Secretaria Executiva do Ministério do CONAMA e  
106encaminhar aos conselheiros para que nós possamos receber sugestões e ideias e  
107com isso preparar, senhor Ministro, um debate sobre esse tema da Política  
108Energética com mais consistência, com mais qualidade para essa Plenária de  
109agosto. Então, nós pedimos desculpas aos conselheiros por ter previsto, mas  
110infelizmente não ter podido realizar para esta Plenária. O terceiro ponto de pauta é:  
111Discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da 97ª Reunião Ordinária, de 17 de  
112março de 2010 e da 55ª Reunião Extraordinária ocorrido em 29 de abril de 2010.  
113Pergunto se algum conselheiro tem alguma observação a fazer a essas duas  
114transmissões de reuniões do CONAMA que ficaram disponíveis no site do CONAMA  
115já alguns dias, há mais de 15 dias. Exatamente para que os conselheiros já tivessem  
116tempo de analisar a transcrição e verificar se tem alguma incorreção. Não havendo  
117nenhuma manifestação, consideramos. Então, se não houver nenhuma  
118contrariedade do Plenário. Aprovadas as duas transcrições da 97ª Reunião  
119Ordinária e da 55ª. Então, está aprovada exatamente com os resultados que  
120também estão disponibilizados no site. A apresentação de novos conselheiros. Bom,  
121nós temos hoje tomando posse os seguintes conselheiros: Maria Ceicilene Aragão  
122Martins Rego, pelo Ministério de Minas e Energia, como titular; temos também o  
123Helder Naves Torres, como suplente também pelo Ministério de Minas e Energia, o  
124Elder está aqui todos os conhecem ele trabalhou por um bom tempo na equipe do  
125CONAMA, conhece bem aqui o nosso Regimento, eu acho que vai poder ajudar  
126bastante o Ministério de Minas e Energia; Ângelo Ramalho, do Ministério da Pesca e  
127Aquicultura como suplente; Antônio Paulo Barea Coutinho, pelo Ministério do  
128Turismo, também como suplente; o acho que o Paulo também está aqui presente.  
129Ok Paulo. Pelos governos estaduais tomam posse hoje: Graco Diniz Fregapani, do  
130Governo do Estado da Amazonas como suplente; Kitty de Queiroz Tavares,  
131Governo do Estado da Bahia como suplente; Alexander Torres Maia, Governo do  
132Estado do Mato Grosso como titular; Salatiel Alves de Araújo, também Governo do  
133Estado do Mato Grosso como suplente. Pelo Governo do Estado do Paraná tomam

134posse como titular: Jorge Augusto Callado Afonso como suplente; Paulo Roberto  
135Castella e João Batista Campos. Está aqui presente. Ok. Pelo Estado o Rio Grande  
136do Sul: Giancarlo Tusi Pinto, como titular e Niro Afonso Pieper como suplente. Está  
137aqui. Pelo Estado de Tocantins como titular toma posse: Clemente Barros Neto. E  
138pelo Estado de Alagoas: Alex Gama de Santana como titular. Dos governos  
139municipais, toma posse hoje também Wanderlei Mira Rabelo, pelos Governos  
140municipais da Região Norte como suplente. E pelas entidades de trabalhadores da  
141Sociedade Civil: Maria Geraldina Salgado da Associação Brasileira de Engenharia  
142Sanitária e Ambiental, ABES. Pelo Setor Florestal toma posse hoje Júlio César  
143Bachega. Está aqui presente, como suplente pelo Setor Florestal. São esses os  
144conselheiros que estão tomando posse hoje. Tem algum que eu não citei? Não?  
145Então, estão todos bem-vindos. Desejamos a todos os novos conselheiros que com  
146nós aqui tenham sucesso e um bom trabalho junto a este Conselho e aproveito para  
147informar a esses novos conselheiros que nós temos na recepção o livro de  
148Resoluções do CONAMA de 1984 a 2008, já não está assim tão atualizado, que nós  
149temos Resoluções de 2009 e algumas de 2010, mas de qualquer forma é um livro  
150que traz a imensa maioria das Resoluções e decisões deste Conselho. Aqueles  
151conselheiros, tanto esses que estão tomando posse quanto os outros que tomaram  
152na Plenária anterior e queira adquirir o livro, nós temos alguns na recepção e vocês  
153podem depois retirar. Passamos então, ao senhor Presidente para o próximo item  
154da pauta, que é Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA. Aqui nós  
155temos duas informações importantes aos conselheiros: a primeira delas é que,  
156desde ontem já foi enviada a todos os conselheiros a proposta do CIPAM, para o  
157novo Regimento Interno. O CIPAM discutiu em duas reuniões, em abril e agora em  
158maio, a proposta que foi apresentada pelo Grupo Assessor de revisão do Regimento  
159Interno, popularmente conhecido como GARI, essa proposta foi discutida pelo  
160CIPAM, feitas algumas alterações em grande parte foi aceita pelo CIPAM e agora  
161encaminhada a consulta de todos os conselheiros. Então, todos os senhores e  
162senhoras agora terão 30 dias para ler a proposta do CIPAM e eventualmente se  
163achar necessária, apresentar propostas de emendas que aprimorem esse  
164Regimento Interno aprovado no âmbito do CIPAM. Este prazo vence no dia 25 de  
165junho, próximo. O CIPAM solicita que os conselheiros que tenham eventualmente  
166emendas a apresentar ou o façam através do seu representante no CIPAM, todos os  
167seguintes do CONAMA tem uma representação no CIPAM, mesmo no caso do  
168Ministério Público Federal Estadual, nós contamos com a colaboração nesses  
169reuniões da Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Bandeira Lins. Então, por intermédio dela também, se  
170vieram sugestões de representantes do Ministério Público Estadual ou Federal pode  
171ser encaminhada por intermédio dela. Do Setor de Municípios participou dessa  
172reunião o Dr. Clarismino ou o Presidente da ANAMMA que é o Mauro Buarque, da  
173ABEMA participou dessas reuniões do CIPAM o Dr. Cláudio Alonso da Secretaria de  
174Meio Ambiente de São Paulo, por interpor intermédio dele os conselheiros estaduais  
175poderão encaminhar as suas sugestões. E da Sociedade Civil, participou dessas  
176reuniões do CIPAM o representante no CIPAM que é o Mourão da MOVER e  
177também o Chico Iglésias, que é o Francisco Iglésias, também conhecido como Chico  
178Blue, que participou do GARI e colaborou também nessas reuniões do CIPAM. Além  
179desses que eu falei, do Governo Federal a Marília Marreco que coordenou o GARI e  
180também coordenou o CIPAM nessa discussão, as proposta de Governo Federal que  
181eventualmente tenham os conselheiros podem ser encaminhadas à Dr<sup>a</sup>. Marília  
182Marreco. O segundo aviso é que nós estamos sendo agraciados pelo Instituto de  
183Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, com uma pesquisa, um estudo que está  
184sendo feito aqui pelos colegas que estão aqui presentes, a Adriana, o Fábio e o Igor,  
185eles encaminharam a todos os conselheiros um questionário muito pequeno, rápido,

186de múltiplas escolha; não é grande teste de concurso é um questionário  
187relativamente fácil. Eles solicitaram que os conselheiros respondessem este e  
188questionário entregassem aqui nessa Plenária de hoje. Então, eu quero reiterar esse  
189pedido para aqueles que preencheram e entregar a eles, pode ser entregue também  
190na portaria e depois repassado a eles ou se não preencheram eles estão com cópia  
191do questionário aqui para que seja preenchido aqui rapidamente durante a reunião  
192de hoje. Então, eu quero encarecer aos conselheiros que colaborem com esse  
193levantamento, é um estudo que vai ter para o CONAMA, uma utilidade muito grande  
194para o Governo Federal, faz parte de uma iniciativa do Governo Federal, da  
195Secretaria Geral de Presidência, de institucionalização dos instrumentos de  
196participação social que foram estimulados e incentivados pelo atual Governo. Ok?  
197Então, são esses os avisos, Presidente. Nós agora passamos ao próximo item da  
198pauta, que é a Tribuna Livre. E nós temos aqui uma lista considerável de inscrições  
199para esta Tribuna Livre.

200

201

202 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Nós temos 10 inscrições para a Tribuna Livre,  
203 para 15 minutos como é de praxe, para que podemos viabilizar essas participações.  
204 Eu estou aqui, então propondo, que as 5 primeiras inscrições sejam contempladas e  
205 assim as últimas sejam descartadas, porque não haverá tempo suficiente para que  
206 todos ocupem essa tribuna. Vou nomear os 5 inscritos: Ministério das Cidades;  
207 Fórum Nacional de Base Florestal, Júlio Bachega; EcoJuréia, Carlos Bucuí; Mira  
208 Serra, Lisiane; ABEMA, Paulo Nogueira Neto. Os demais inscritos infelizmente por  
209 força desta regra que está instituída aqui por tradição, nós infelizmente temos que  
210 descartar. A saber, Oca Brasil, a ABES, Novos Curupiras, Sócios da Natureza e  
211 FURPA. Esses últimos 5 inscritos infelizmente não poderão usar da tribuna. Eu  
212 gostaria de propor que, nessa questão da Tribuna Livre isso seja contemplado no  
213 Regimento. Vou encarecer Nilo, que isso não pode ficar, um encargo para o  
214 Presidente resolver. Eu acho que tem que ter uma regra clara, transparente,  
215 democrática, aprovada por este Plenário, para que isso não seja algo da  
216 discricionariedade do Presidente e sempre acaba causando um enorme  
217 constrangimento, porque é sempre muito desagradável para o Presidente ter que  
218 cortar da lista, a seu talante a inscrição legítima de conselheiros. Então, eu proponho  
219 que se não é 15 é 30 minutos, se acharem que devem passar para 30 minutos para  
220 até permitir um número maior de inscrições. Eu acho que isso é admissível que se  
221 estabeleça o tempo de cada um. E a regra de inscrição? Eu acho que tem outras  
222 instituições como, por exemplo, o Parlamento Brasileiro ou os Paramentos  
223 Brasileiros, onde há uma regra para a Tribuna Livre, acho que poderíamos fazer  
224 uma adaptação da regra, por exemplo, da Câmara dos Deputados, ou do Senado ou  
225 de uma Assembléia Legislativa para o nosso contexto, dá o prazo para a inscrição  
226 em uma lista que ficará disponível a partir de determinado momento, e será aquela  
227 lista, aquele tempo e é objetivo não tem subjetividade. Acho que nós temos que  
228 romper essa subjetividade. Então, dito isso eu passo a palavra à conselheira Norma,  
229 para em nome do Ministério das Cidades usar o seu tempo por 3 minutos.

230

231

232 **SR<sup>a</sup>. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – Bom dia a  
233 todos. A nossa proposta de vir aqui pedir o espaço nessa Tribuna Livre seria no  
234 instituto de informarmos com relação ao andamento das discussões do Plano  
235 Nacional de Saneamento Básico. Conforme prescrito na Lei 11445, a Lei do  
236 Saneamento, cabe a reunião sob a coordenação do Ministério das Cidades, a  
237 elaboração desse plano. Nós entendemos que esse plano deva ser construído de

238 forma bastante participativa e que não deva ser um plano especificamente do  
239 Governo Federal, mas um plano que contemple as expectativas da sociedade  
240 brasileira de uma forma geral. Em função disso, foi montado agora um cronograma  
241 bastante apertado por sinal na perspectiva de conseguirmos construir um processo  
242 participativo de discussão do plano e tê-lo pronto ainda este ano. A nossa  
243 expectativa é que ele possa efetivamente orientar a elaboração do próximo PPA,  
244 2012/2015 que vai está sendo elaborado em 2011, por isso corremos contra o tempo  
245 nessa questão de termos o plano consolidado até o final deste ano. Diversas etapas  
246 de discussão estão prevista. Seminários regionais que deverão se realizar no final  
247 de junho e início de julho. O plano deverá estar em Consulta Pública pela Internet no  
248 período de 20/6 a 24/7. Essa consulta é de praxe quando se trata de consulta em  
249 nível de proposta pelo Governo Federal, ela é centralizada na Casa Civil no site do  
250 Planalto. Então, serão oportunidades de discussão não só com os conselheiros  
251 como com a Sociedade Civil de uma forma geral que possa contribuir pra esse  
252 plano. Pretendemos não só encaminhar a versão preliminar para o CONAMA, para o  
253 CNRH, para o Ministério das Cidades, para o Conselho de Direitos da Mulher e para  
254 Conselho de Segurança Alimentar. E presenciemos obter a contribuição dos  
255 Conselhos em relação à avaliação do plano. Temos a expectativa de apresentar  
256 presencialmente a versão consolidada no CONAMA para isso estamos articulando  
257 uma reunião com o DCONAMA e a Secretaria Executiva do CONAMA, para nós  
258 conseguirmos conciliar datas em relação a viabilizar a apresentação dessa pauta na  
259 Plenária do CONAMA. Bom, a nossa proposta é esta. Eu gostaria só de esclarecer  
260 que, esse plano está sendo construído sob a coordenação do Ministério das  
261 Cidades, com o apoio de um (...) de universidades envolvendo a Universidade  
262 Federal de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Bahia e  
263 conto com o acompanhamento de um Grupo de Trabalho Interministerial do qual  
264 diversos Ministérios fazem parte, inclusive, o Ministério do Meio Ambiente  
265 representado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano,  
266 representado pela Ana. O Ministério da Saúde, o Ministério da Integração Nacional e  
267 vários outros atores diretos ou indiretos, que atuam direto ou indiretamente no  
268 saneamento brasileiro talante. Então, era essa a nossa proposta trazer para  
269 conhecimento de todos e pedir o apoio e participação nas diversas oportunidades de  
270 discussão propostas para o plano. Obrigada.

271

272

273 **O SR. JÚLIO CÉSAR BACHEGA (Setor Florestal)** – Bom dia a todos. Eu sou Júlio  
274 César Bachega, Engenheiro Florestal, sou Diretor Executivo da CEPEMG, a  
275 associação que representa o Setor (...) do Mato Grosso, Conselheiro do Fórum  
276 Nacional de Base Florestal e represento o Setor de Floresta Nativa do País. Hoje  
277 assumo aqui como Conselheiro suplente do Setor Florestal. Em nome dos Estados  
278 que eu represento, gostaria de falar um pouco do Estado de Mato Grosso. Mato  
279 Grosso é um dos principais estados produtores de grão têm o maior rebanho bovino  
280 do País e é o maior produtor de madeira nativa no País. Quando falamos do Setor  
281 Florestal, todos incluem o Setor Florestal em desmatamento. Eu gostaria de deixar  
282 bem claro que, nós somos extremamente contra o desmatamento, principalmente o  
283 ilegal. Hoje nós temos normas rígidas do Setor Florestal na Amazônia, tão rígidas  
284 que quando olhamos para o segmento parece aflora o desejo de punir, o segmento  
285 floresta, e acreditamos que (...) tem que ser punido, sim. Mas não só o Setor  
286 Florestal, todos os setores tem que ser punidos. Todas as áreas produtoras de  
287 madeira do Mato Grosso tem licenciamento ambiental, tem reserva legal e tem APP,  
288 nenhum segmento possui isso no País. O cumprimento da legislação para nós é  
289 rígido, muito rígido, pois em poucos operações se viu mais de 400 Policiais Federais

290envolvidos em uma operação só. De 2005 a 2010, no Estado de Mato Grosso foram  
291presas 385 pessoas envolvidas em acusações de crimes ambientais no Setor  
292Florestal, até hoje 30 foram consideradas culpadas. Tudo bem, quem é culpado tem  
293que ser punido sim, mas em todos os segmentos, volto a afirmar, a gestão florestal  
294do Estado do Mato Grosso tem problemas, tem problema, mas é a melhor gestão  
295florestal do País, infinitivamente melhor do que a existia no IBAMA. Hoje nós temos  
296180 planos de manejo no Estado do Mato Grosso que nós não sabemos onde está  
297por causa da gestão do IBAMA não sabe se virou agricultura, se virou pecuária  
298aonde estão esses planos? Será que alguém está preocupado com esse passivo  
299que ninguém quer ver? Hoje um proprietário de área no Estado de Mato Grosso vive  
300em uma tensão muito grande. E só no Estado de Mato Grosso nós somos  
301responsáveis pela manutenção de 900.000 hectares que são passível de  
302desmatamento, estes hectares já estão licenciados e podem desmatados dentro do  
303percentual da lei que hoje representa 20%. Se isso acontecer com a desvalorização  
304da floresta, nós implodimos a meta de redução do desmatamento do Governo  
305Federal, do Governo Estadual e nós não conseguimos atingir a meta de redução  
306proposta para as mudanças climáticas 38,6%. Então, o nosso segmento não é  
307contra a agricultura, não é contra a pecuária, pelo contrário desde que sejam  
308legalizadas. Somos 100% a floresta sem desmatamento, se tem um setor que  
309defende a floresta é o setor empresarial que vive da floresta nativa, muito mais do  
310que muitas ONGs. Hoje eu assumo aqui, não para representar só os interesses do  
311meu setor, não para representar o interesse do meu Estado, mas para representar o  
312interesse do País, nós vamos participar de todas as discussões que interessam a  
313todos e eu gostaria de contar com o apoio de todos para manutenção da Floresta  
314Amazônica em pé, muito obrigado.

315

316

317**O SR. CARLOS BOCUHY (ECOJUREIA)** – Bom dia a todos. Eu trago a este  
318Conselho duas questões que são relevantes para o Movimento Ambientalista do  
319Estado de São Paulo, que tem sido discutida constantemente. Um delas é a  
320necessidade de normatização, de iniciarmos uma discussão no Brasil, sobre uma  
321avaliação de capacidade de suporte ambiental regional, que possa nos servir de  
322base e de dado confiável para avaliações ambientais estratégicas e também para  
323avaliação conjunta de estudos de impacta ambiental. O meu pedido se justifica na  
324medida em que nós temos regiões extremamente corumbadas com concentração de  
325atividades com muito empreendimento sendo licenciados e não há um instrumento  
326que nós permita saber aonde cabe o quê. Então, a perspectiva de desenvolvê-los  
327com algum fôlego, com algum tempo, porque é não um trabalho fácil, um estudo de  
328capacidade de suporte regional para o Brasil nós daria a possibilidade de ter um  
329sistema de licenciamento mais ágil, mais preciso e sem que tivéssemos essa perda  
330do aspecto sinérgico ou de que quando encontramos diversos empreendimento  
331numa determinada região e os nossos órgãos ambientais têm dificuldade para  
332compreender essa sinergia e até mesmo dimensioná-la. Não é possível que nós  
333consigamos atingir essa visão maior de um ecossistema, de uma situação de  
334impactos cumulativos apenas colocando no estudo de impacta ambiental a região  
335como área de influência indireta, ela nunca vai conseguir, essa abordagem ela  
336nunca vai conseguir. Que nós tenhamos uma precisão com relação ao conjunto de  
337empreendimentos. Vamos citando um exemplo prático: Baixada Santista do Estado  
338de São Paulo, a região onde o porto de Santos com 13 empreendimentos em curso,  
339grande pelo que nós consideramos, mais avanço urbanístico da região e porto,  
340questões portuárias específica e também a questão industrial que envolve o pólo de  
341Cubatão e outras questões. Então, sem dimensionamento de estudos de capacidade

342de suporte regionais, nós não teríamos possibilidade de avançarmos muito na  
343avaliação precisa dos impactos. Outra questão. Pouco para falar sobre (...) em 1  
344minuto, mas diz respeito também a essa preocupação: a primeira que é estudo de  
345capacidade de suporte no meio, que seria a discussão pelo CONAMA, do grande  
346desafio civilizatório desse século, que é o século das metrópoles. Nós estamos  
347passando por um período de concentração de populações, vemos isso como  
348exemplo, a região metropolitana de São Paulo, a macrometrópole de São Paulo  
349caminhando para 30 milhões de habitante e uma perspectiva de 40 milhões em uma  
350base de 40 a 50 anos, sem que essas (...) elas estejam hoje sendo devidamente  
351observadas pela sociedade no sentido da proteção da saúde, na proteção, digamos,  
352nos eixos de sustentabilidade a que se referiu o nosso Secretario Executivo hoje,  
353com relação a esse modelo de desenvolvimento que hoje temos. A minha instituição  
354trabalha com programa chamado Metrôpoles Saudáveis e nós temos... Só para  
355complementar a grande preocupação que nós chegamos, diagnostico que os  
356mesmo elementos em sustentabilidade que se aplicam a cidade no México, a São  
357Paulo, a Buenos Aires e a Nova York são elementos que se manifestam de forma  
358muito semelhante devido ao seu contexto no nosso processo civilizatório, portanto, o  
359CONAMA poderia ampliar o seu foco de atuação deixando um pouquinho e  
360guarnecendo ainda mais a área verde, mas também voltado a essa agenda urbana  
361que necessita de uma abordagem ambiental intensa e devido ao grande desafio que  
362isso se apresenta a sociedade contemporânea. Muito obrigado.

363

364

365**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Bom dia. Eu estou usando este espaço  
366para chamar atenção sobre a lacuna que está havendo na Câmara Técnica de  
367Unidades de Conservação e demais áreas protegidas, uma vez que, ela deveria  
368prosseguir com um Grupo de Trabalho que chegou a ser convocado e simplesmente  
369foi extinto, não se tem mais noticias dele, sobre a regulamentação das categorias de  
370unidades de conservação. Assim também como apreciar matérias relativas a área  
371de preservação permanente como a que está sendo tratada hoje, como que a foi  
372tratada na reunião passada. Ambas tinham relação com está Câmara Técnica por se  
373tratar de áreas protegidas e não passaram por essas Câmaras Técnicas deixando  
374de agregar qualidade. Outrossim, também solicito uma especial atenção às  
375propostas de alteração do Regimento Interno, porque a proposta de fundir a Câmara  
376Técnica de unidades de conservação junto à a Câmara Técnica de Biomas e Gestão  
377Territorial, além de reduzir número de conselheiros no caso a Sociedade Civil tem 2  
378assentos em cada uma, nós vamos ter 2 conselheiros para tratar do mesmo tema,  
379numa Câmara Técnica conjunta que tem perfis diferentes, a Câmara Técnica de  
380Gestão Territorial e a de unidade de conservação tem perfis totalmente diferentes  
381aos dos seus conselheiros e elas são suplementares. E também eu acho com que  
382isso nós vamos ter perda de qualidade nas propostas que daí resultará. Também  
383gostaria que refletissem já que vamos entrar em um período de envios de emendas  
384sobre a extinção de algumas Câmaras Técnicas, que são consideradas essenciais  
385dentro de proposta de meio ambiente nacional e que deveriam ser mantidos. Se elas  
386não estão ver funcionando, nós temos que ver o porquê, mas não simplesmente as  
387extingui-las. Eu fui breve e se puderem passa depois a palavra a que me sobrar  
388para o meu colega do Sul, que é o Tadeu da Sócio Natureza, eu agradeceria.

389

390

391**O SR PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA)** – Eu acho que nós aqui, como já foi dito  
392precisamos pensar também nas grandes políticas nacionais relacionadas ao meio  
393ambiente. E entre essas grandes políticas sobressaem a questão Amazônica, como



394proteger a floresta amazônica de (...). Em primeiro lugar, acho que nós deveríamos  
395dar ao Instituto Chico Mendes, a ajuda que o instituto precisa para que as unidades  
396de conservação na Amazônia realmente tenham condições de trabalhar  
397efetivamente, mais efetivamente, para que os seus objetivos sejam conseguidos.  
398Mas além da questão das unidades de conservação desenvolver mais, e  
399acompanhar as que já existem, desenvolver novas unidades de conservação na  
400Amazônia, acho que nós temos também que providenciar medidas para que as  
401populações locais tenham o seu nível de vida aumentado. Esse problema foi um  
402problema resolvido em vários outros países da Europa, por exemplo, nós gostamos  
403de dizer que eles destruíram tudo não é bem assim. Na realidade, na Europa a  
404agricultura é subsidiada, porque a agricultura é subsidiada, pesadamente  
405subsidiada na Europa? Ela subsidiada porque significa a ocupação do território e  
406para ocupar o seu território a agricultura subsidiada e nós que queremos defender a  
407floresta amazônica, precisamos pensar também como subsidiar essa manutenção  
408da floresta. E há várias maneiras apenas para citar um exemplo inicial, as árvores da  
409floresta amazônica, um grande número de árvores produzem sementes ou (...) que  
410poderiam ter aproveitamento industrial. É preciso pagar mais do que essas  
411sementes valem. Da mesma maneira que a Europa, por exemplo, tem um preço do  
412açúcar o dobro, do preço que nós temos aqui no Brasil. Mas para subsidiar a  
413agricultura, então nós temos que subsidiar, digamos assim, o uso de produtos da  
414floresta que nós ainda não começamos a pensar nisso em larga escala. É um apelo  
415que eu faço, que essa palavra subsídio, é mal recebida geralmente, porque é uma  
416coisa artificial, mas é uma coisa artificial que vai proteger melhor a floresta do  
417mundo, a melhor área natural do mundo, que à floresta amazônica. Obrigado.

418

419

420**SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Encerrou o prazo para esse período da Tribuna  
421Livre. Conselheiro Francisco Soares, é uma questão de ordem.

422

423

424**SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – É uma questão de ordem.  
425Eu tenho feita uma tentativa para me inscrever na Tribuna Livre e a regra do  
426regimento interno, a inscrição tem que ser na abertura da sessão. Eu fui o primeiro a  
427chegar hoje aqui, para me inscrever na abertura dessa reunião, não participo da  
428reunião da CIPAM, porque fomos excluídos, fomos caçados do CIPAM. Não nós  
429participamos da reunião do CNEA. Então, só nos resta a Tribuna Livre e essa  
430Tribuna Livre eu espero que ela seja livre, não seja monitorada não seja cerceada.  
431Eu gostaria do direito de expressar para trazer denúncias que eu preciso trazer já  
432que eu não tenho mais nenhum espaço no Plenário do CONAMA, e foram retirado  
433todo CNEA e do CIPAM.

434

435

436**SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Bom, conselheiro essa é um assunto recorrente.  
437Na última reunião a Ministra Izabella explicitou qual é a regra, que é uma regra  
438consensual de 15 minutos. E que as inscrições se dão durante a preparatória da  
439reunião do CONAMA que se dá no dia anterior a reunião do CONAMA. Muito bem.  
440Então, são 10 inscritos. O senhor é o último inscrito e nós decidimos aqui que os 5  
441primeiros. Conselheiro. Então, eu muito constrangido, não posso lhe dar a palavra  
442em respeito ao Plenário porque nós já temos uma regra, e essa regra tem que ser  
443respeitada. A proposta que eu fiz e insisto nela, é de que o Regimento Interno que  
444será aprovado em breve estabeleça uma regra objetiva, clara e objetiva sobre a  
445Tribuna Livre para que nós superemos essa etapa em que a regra está valendo

446muito mais como uma tradição do que propriamente algo que seja regimental,  
447portanto, infelizmente não posso lhe dar a palavra, porque há outras pessoas  
448inscritas que também...

449

450

451**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Enquanto isso o Regimento  
452Interno que aí está vigente não proíbe o direito do conselheiro se expressar e nem  
453veta o direito através de outras regras que estabeleça. Eu peço que se cumpra o  
454Regimento Interno, ele não proíbe o que conselheiro se inscreva na abertura da  
455sessão.

456

457

458**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito bem conselheiro o senhor já falou e eu vou  
459resolver a questão de ordem. Eu vou resolver a sua questão de ordem, por favor, o  
460senhor respeite a presidência. Eu peço ao senhor que respeite a presidência.

461

462

463**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Vossa Excelência tem que  
464cumprir o Regimento Interno não caçar...

465

466

467**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu peço, por favor, que desligue o som, porque  
468eu não posso aceitar esse tipo de comportamento. Eu estou muito constrangido,  
469mas não posso aceitar. Por favor, eu peço que retire o som do microfone de apartes.  
470Até que nós possamos solucionar esse problema. O senhor retorna ao seu assento,  
471por favor, conselheiro.

472

473

474**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – *(Intervenção fora do*  
475*microfone).*

476

477

478**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu fico muito constrangido, é muito difícil para  
479mim resolver esse tipo de problema. Mas infelizmente é assim que nós temos que  
480proceder. Não gostaria de ter que fazer isso, mas infelizmente tive que fazê-lo.  
481Vamos progredir na pauta, com a palavra com o Secretário do Conselho.

482

483

484**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO (MMA)** – Apresentação item 7: apresentação à  
485mesa por inscrito de requerimentos de urgência de inversão de pauta ou de retirada  
486de matéria. Nós estamos recebendo aqui duas propostas de moção, mas antes eu  
487pergunto ao Plenário se há alguma proposta referente à urgência, inversão de pauta  
488ou retirada de matéria? Não? Não estamos recebendo nenhuma expediente  
489referente a esses itens, mas como diz o Regimento também nessa parte da  
490Plenária, a mesa pode receber proposta de moção. Então, eu vou apenas  
491apresentar as duas moções que estão sendo trazidas à mesa e nessa mesma  
492Plenária havendo tempo elas serão apreciadas no momento oportuno. A primeira  
493moção apresentada pelo ABEMA, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais  
494do Meio Ambiente, trata de uma moção que é apresentada pelo Governo do Distrito  
495Federal, pelo que me parece aqui é em nome da ABEMA, mas eu vou ler aqui  
496resumidamente: “O Conselho Nacional de Meio Ambiente solicita a Câmara  
497Legislativa do Distrito Federal a aprovação do sistema distrital de unidades de

498conservação da natureza SDUC. O SDUC, tramita na forma de Lei complementar nº  
49962/2003. Foi elaborado um substitutivo pelo Instituto Brasília Ambiental, após terem  
500sido consultados especialistas da área do Governo local do Governo Federal e da  
501Sociedade Civil organizada. Tal substitutivo ao Projeto de Lei Suplementar foi  
502encaminhado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio  
503Ambiente, SEDUMA, no dia 24 de novembro de 2009.”. Então, essa moção  
504resumidamente, ela pleiteia a Câmara Legislativa do Distrito Federal a aprovação  
505desta Lei. A outra moção apresentada aqui é pela Oca Brasil, Conselheiro Lamberto,  
506ela faz uma série de considerações sobre problemas que estão sendo verificados de  
507atividades de mineração em área próxima ao parque da Chapada dos Veadeiros,  
508próximo à Chapada dos Veadeiros e ela pede que as entidades baixo assinadas. Eu  
509vou pedir para o Dr. Lamberto depois fazer aqui as assinaturas que estão faltando  
510às assinaturas. Atrás? Eu acho que deve está no seu rascunho que aqui não tem  
511não. Depois você colhe as assinaturas, mas já dando entrada, essa Resolução, nós  
512vamos tratar dela com mais detalhes posteriormente, se houver tempo ainda nesta  
513pauta, mas ela repudia alguns fatos que vêm ocorrendo no sítio Calunga como:  
514extração de minério e constatação também de grande quantidade de dragas para  
515garimpo de ouro. A discussão sobre a matéria será motivo de debate ainda nesta  
516Plenária se houver tempo. Ok aqui já tem as assinaturas. Agradeço. Se não tem  
517mais nenhuma observação, Presidente, em relação à requerimento de urgência e  
518inversão de pauta, passamos a Ordem do Dia com a Resolução sobre...

519

520

521**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Antes de entrarmos na Ordem do Dia, gostaria de  
522anunciar a este Conselho que o Ministério do Meio Ambiente vai propor para este  
523Conselho a revisão da Resolução 303/2002 que trata da criação de novas APPs,  
524este é uma assunto de nome e relevância, uma vez que, tramita na Câmara dos  
525Deputados um projeto de Decreto Legislativo que visa revogar esta Resolução do  
526CONAMA. Claro que este Conselho não pode agir sobre pressão, mas nós temos  
527que ter a preocupação de examinar matérias desta natureza, neste contexto para  
528fortalecer o Conselho. Como é uma questão de mérito é uma serie de questões que  
529vem sendo propostas no âmbito dessa Resolução. Então, o Ministério do Meio  
530Ambiente vai tomar a iniciativa de propor a revisão dessa Resolução e essa  
531informação estará disponível também no site do Ministério, para tornar público de  
532forma mais transparente possível e que os conselheiros possam também examinar,  
533tomar as iniciativas que acharem pertinentes. A Câmara Técnica evidentemente será  
534acionada para examinar a matéria. Antes de entrar na Ordem do Dia eu achei  
535importante transmitir essa mensagem para que o Conselho tenha essa informação  
536em primeira mão. Eu peço ao Secretario Nilo Diniz que leia a Ordem do Dia e  
537explique ao Conselho como vamos examinar a Ordem do Dia.

538

539

540**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO (MMA)** – Presidente se me permite só uma  
541informação que nós estamos recebendo aqui hoje e com muita honra e alegria e  
542queremos dar boas-vindas aos alunos do Curso de Engenharia Ambiental da  
543Universidade FUMEC, de Belo Horizonte. São alunos do curso que estão aqui  
544acompanhando essa reunião do CONAMA. E nós damos boas-vindas a todos e  
545esperamos que vocês tenham um bom proveito. Têm reuniões do CONAMA que são  
546mais emocionantes e outras menos emocionantes. Eu espero que essa aqui seja  
547proveitosa para vocês. O nosso Conselheiro, que já é patrimônio do CONAMA que é  
548o Dr. José Cláudio Junqueira, Presidente FEAM, e que é professor deles e  
549naturalmente eu espero que faça bom proveito também dessa presença deles na

550nossa Plenária. Passando à Ordem do Dia, nós temos o item 8.1 que é o processo  
551que trata da proposta de Resolução que dispõe sobre licenciamento ambiental de  
552empreendimentos ou atividades significativas impacto ambiental que afetam  
553unidades de conservação ou a sua zona de amortecimento e dá outras providências.  
554Essa matéria foi apresentada na 95ª Reunião Ordinária e apreciada na 13ª e 14ª  
555Reuniões da Câmara Técnica de Unidades de Conservação. Em seguida foi  
556apreciada por solicitação dessa Câmara de Unidades de Conservação em 3  
557reuniões conjuntas da CETUC com a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, tendo  
558sido aprovada nesta última reunião conjunto das duas Câmaras e levada a 97ª  
559Reunião Ordinária, onde recebeu 19 pedidos de vista. Como se tratava de um  
560número muito grande de conselheiros interessados em apresentar um parecer a  
561parte, sobre essa matéria o Plenário entendeu por bem, por proposta do próprio  
562Ministério do Meio Ambiente, constituir um Grupo Assessor que se reuniu depois  
563desta reunião de março e vem hoje aqui nessa Plenária apresentar uma proposta  
564que seja submetida à apreciação do Plenário. Então, a coordenação desse Grupo  
565Assessor que está sendo exercida pela Drª. Marília Marreco, Dr. Rômulo do ICMBio.  
566Nós passamos a palavra para que a Drª. Marília faça a solicitação do Grupo  
567Assessor.

568

569

570**A SRª MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA (MMA)** – O relato do grupo assessor é  
571breve, ele foi disponibilizado no site do CONAMA logo após a reunião. Nós  
572tivemos uma única reunião com uma série de pareceres que foram apresentados,  
573alguns pedidos de vista, eles apresentaram o parecer em conjunto. Então, em  
574função do espaço de tempo disponível, inclusive para o matéria ser disponibilizado  
575para essa reunião, o tempo regimental em função das várias propostas o que o  
576Grupo Assessor conclui é no sentido de que seria necessário, inclusive, a solicitação  
577que é dirigida ao Plenário, que fosse estendido o prazo para que o grupo possa  
578avaliar essa proposta. A nossa ideia é que o grupo possa ter 120 dias a partir desta  
579reunião Plenária para análise da matéria que possa encaminhar, uma proposta  
580resultante do Grupo Assessor. Nós analisamos preliminarmente cada um dos  
581pareceres de forma bem genérico e alinhamos alguns pontos que foram  
582considerados também de forma preliminar pelo grupo como pontos convergentes e  
583divergente em relação à matéria. Isso consta também nesse relatório do Grupo  
584Assessor. A proposição que é apresentada aqui pelo Grupo Assessor é no sentido  
585de que o Plenário autorize essa expansão de 120 dias para que o grupo possa  
586incluir os seus trabalhos.

587

588

589**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Feito essa proposta, nós queríamos saber...  
590Pois não conselheiro...

591

592

593**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Senhor Presidente, eu  
594acho que seria interessante para todos nós eu infelizmente não pude vir a reunião  
595de Grupo Assessor, que para os pontos divergentes nós pudéssemos avançar um  
596pouco nessa reunião. Eu tenho dúvida com relação a alguns pontos divergentes que  
597talvez ao avançarmos na discussão nós podemos até mostrar outros caminhos  
598como, por exemplo, poderia colocar na tela? Por favor, o primeiro item divergente?  
599Vício de iniciativa pela 6.938, quer dizer, se há esse vício de iniciativa ele pode ser  
600corrigido em uma Resolução ou teria que ser corrigido numa lei ou mesmo em um  
601Decreto. E depois o item 3, também diz que pela Lei 9.985 cabe um Decreto do

602 Poder Executivo para regulamentação. Se isso é fato, eu acho que nós deveríamos  
603 já avançarmos nesse sentido. Então é dizer que esse Grupo Assessor, na verdade,  
604 vai ser um grupo de assessoramento para o Ministério do Meio Ambiente para  
605 apresentar um Decreto ao Presidente da República. Então, eu acho que tem alguns  
606 pontos divergentes que acho que seria muito oportuno aproveitar a reunião do  
607 CONAMA para avançarmos e a as pessoas darem os seus esclarecimentos sobre  
608 esses pontos.

609

610

611 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – A proposta do Conselheiro José Cláudio tem  
612 acolhido a do Plenário. Conselheira, por favor.

613

614

615 **A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu participei desde o início dos  
616 trabalhos da Câmara Técnica de Unidades de Conservação. Depois na conjunta  
617 com Assuntos Jurídicos e também pedi vistas e ainda estou no Grupo Assessor. Eu  
618 acho totalmente inoportuno nós discutirmos isso agora, uma vez que, dentro dessas  
619 duas Câmaras Técnicas já houve bastante trabalho e não se chegou a nenhum  
620 consenso. Tanto que houveram 19 pedidos de vista. Então, eu acredito o que Grupo  
621 Assessor deve ter um tempo para poder organizar. São pontos bastante divergentes  
622 e também muito conflituosos. Eu acho que, primeiro deveríamos manter o Grupo  
623 Assessor e depois poderíamos discutir em cima do que já foi nivelado.

624

625

626 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Nós temos uma proposta de que façamos uma  
627 discussão aqui com tempo determinado, evidentemente e um posicionamento  
628 contrário. O Dr. Rômulo pediu a palavra, nós vamos dá a palavra para mais 2  
629 conselheiros preliminarmente. A Patrícia também pediu. Por favor, Conselheiro  
630 explicita melhor a sua posição.

631

632

633 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Eu não sei, pelo que a  
634 conselheira falou, ela não me entendeu. Não estou contra a prorrogar o prazo, até  
635 porque é impossível querer decidir isso aqui, absolutamente eu quero avançar nos  
636 pontos divergentes. Porque isso vai ter um bom norteador para o Grupo Assessor.  
637 Só isso.

638

639

640 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O que eu propus foi uma questão de ordem. Eu  
641 entendo que este Plenário deliberou sobre esse Grupo Assessor, este tema tem  
642 uma complexidade muito grande, é impossível avançar numa Plenária grande como  
643 essa. O próprio colegiado já deliberou por ter um grupo. Então, eu gostaria que nós  
644 deliberássemos efetivamente em cima da decisão já tomada por este colegiado, de  
645 que, se postergue o prazo para que no Grupo assessor e as pessoas que têm  
646 efetivamente o interesse dada a importância do tema, se programe na sua agenda e  
647 participem efetivamente do processo de discussão técnica.

648

649

650 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu vou dar a palavra à Conselheira Patrícia  
651 Boson e depois nós vamos decidir.

652

653

654 **SR<sup>a</sup>.PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Bom dia, Presidente, Nilo.  
655 Bom dia a todos. Eu entendi a proposta do Conselheiro José Cláudio de tentar  
656 apurar algumas arestas dos pontos divergentes, entretanto quem participou lá do  
657 Grupo Assessor e analisou com mais cuidado esses pontos divergentes. Eles são  
658 divergentes demais. Acho que, nós tínhamos como Grupo Assessor tentar convergir  
659 minimamente sobre algumas questões. Um dos pontos divergentes para se ter a  
660 ideia é não ter a Resolução. Então, quer dizer, fica muito difícil numa Plenária deste  
661 tamanho e sem o tempo hábil para isso nós encaminhamos essas questões. Então,  
662 pelo menos nós precisamos de alguns pontos até ter ou não ter as Resoluções, quer  
663 dizer, todo mundo convergiu sobre a necessidade regulamentar, mas há uma  
664 discussão seria de que deve ser via Decreto e não via Resolução, até porque a  
665 matéria já foi via Decreto regulamentado para outros temos semelhantes. Então,  
666 quer dizer, é uma discussão muito desgastante que talvez não caiba nesse Plenário.  
667 Então, eu vou ter que discordar por conta disso.

668

669

670 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu pergunto ao Conselheiro José Cláudio se ele  
671 mantém a proposta para submeter ao Plenário ou não, já que houve várias  
672 manifestações contrárias a que façamos uma discussão preliminar sobre esse tema  
673 neste momento.

674

675

676 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Face ao pronunciamento  
677 da Conselheira Patrícia Boson. Não me resta retirar a minha proposta. Não pensei  
678 que situação estivesse tão grave assim, de estar discutindo de nem ter a Resolução.  
679 Então, realmente se há essa dúvida, não há porque discutir.

680

681

682 **SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Eu não estou  
683 participando deste Grupo Assessor, mas observando agora esses pontos em  
684 divergência, pelo que estou vendo aí, a maioria, eu não sei se seria a maioria em  
685 quantidade, mas a parte mais importante. Eu acho que nem o Grupo Assessor  
686 conseguiria dar a resposta definitiva. Por exemplo, quando você fala coloca visto de  
687 iniciativa, quando você coloca o que o art. 6º coloca, quando você coloca o art. 36 ao  
688 58 da 9985 se a Resolução pode definir (...) ser jurídico. E como eu vi lá nos  
689 pareceres que vários Ministérios, as suas assessorias jurídicas de vários Ministérios  
690 colocaram alguns questionamentos, alguns desses aí, o Ministério do Meio  
691 Ambiente e outros. Eu acredito que isso tem que subir uma escada e que o AGU  
692 mesmo não a parte dos Ministérios, mas que (...) para que haja uma decisão jurídica  
693 sobre essa parte jurídica das divergências, porque o técnico é técnico não é jurista.  
694 Então, para ele trabalhar eu acho que teria que ter uma segurança jurídica se essa  
695 divergências podem ser dirimidas ou não.

696

697

698 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Tendo em vista o que Conselheiro José Cláudio...  
699 Patrícia quer falar?

700

701

702 **SR<sup>a</sup>.PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – O Grupo Assessor não  
703 funciona propriamente como uma Câmara Técnica. Ele é busca, inclusive assessoria  
704 outras, inclusive essa. E era por isso até que não dá para discutir aqui, porque nós  
705 vamos ter que chamar a CONJUR, vai ter que discutir isso por isso é que não dá,

706 porque o Grupo Assessor ele é diferente de uma Câmara Técnica, não é aqueles  
707 membros fechados, não é isso, ele indica caminhos e um dos caminhos, poderá ir  
708 até esse ou não. Quem propôs que ela não pode ser via Resolução, mas via  
709 Decreto, pode amadurecer e retirar a isso e chegar no consenso de que é  
710 Resolução. Enfim, por isso é que realmente não cabe a discussão.

711

712

713 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito bem. Eu acredito que nós já temos uma  
714 base boa para nós deliberarmos sobre essa matéria. A proposta que foi trazida a  
715 nós, foi que o Grupo Assessor, através da proposta da componente do grupo Marília  
716 Marreco, solicita um prazo de até 120 dias para consolidar uma proposta a partir dos  
717 diversos pareceres. Então, é isso que nós vamos deliberar aqui, um prazo de 120  
718 dias para que essa matéria retorne ao Plenário do CONAMA. Ok? Muito bem, vamos  
719 votar essa matéria. Aqueles que são favoráveis a esse adiamento, por favor, se  
720 manifestem levantando os seus crachás. Muito obrigado, podem baixar. Os que são  
721 contrários se manifestem levantando os seus crachás. Abstenções. Aprovado por  
722 unanimidade o adiamento dessa matéria.

723

724

725 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – O item 8.2 da pauta, é o  
726 processo referente à proposta de Resolução que dispõe sobre a definição de  
727 metodologia de recuperação das APPs. Essa matéria foi aprovada depois de um  
728 trabalho realizado por Grupo de Trabalho pela Câmara Técnica de Gestão Territorial  
729 e Biomas, encaminhada a 54ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos  
730 que em 1ª Instância devolveu a Câmara Técnica de Mérito recomendando  
731 modificações, uma vez que, a minuta que havia apresentada à jurídica não tinha  
732 uma metodologia propriamente. Seguiram-se mais duas reuniões da Câmara  
733 Técnica de Gestão Territorial e Biomas, retornando à 57ª Reunião da Câmara  
734 Técnica de Assuntos Jurídicos nos dias 5 e 6 de maio passado, onde foi aprovado  
735 com algumas alterações. Para relatar a matéria, Sr. Presidente, nós convidamos  
736 aqui os presidentes da Câmara Técnica de Gestão Territorial e Biomas e em  
737 seguida o Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Da Câmara  
738 Técnica de Gestão Territorial e Biomas é o Conselheiro João Carlos de Petribu. Para  
739 relatar a Resolução sobre definição de metodologia de recuperação das APPs para  
740 relatar pela de Gestão Territorial, agora o presidente da Câmara Técnica de  
741 Assuntos Jurídicos Dr. Hélio Gurgel, se encontro? Não. Então, nós vamos pedir que  
742 o Conselheiro pelo Ministério do Meio Ambiente, em seguido ao Dr. João Petribu,  
743 faça a relatoria da proposta que veio da CTAJ, é o Conselheiro João de Deus. Mas,  
744 primeiramente João Carlos, o senhor vai relatar, fazer alguma manifestação em  
745 relação à tramitação da matéria na sua Câmara Técnica?

746

747

748 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Foi uma Resolução  
749 que somente houve um erro pela jurídica apresentada que foi a falta da metodologia,  
750 exatamente como o Nilo colocou, porque na própria ementa coloca sobre e a  
751 metodologia de recuperação. Como houve a necessidade de haver essa alteração,  
752 voltou-se a Câmara Técnica, em uma reunião rápida e que foram apresentadas  
753 propostas pelo Ministério do Meio Ambiente e a maioria foi aceita pela Câmara  
754 Técnica. Então, não vejo no que tem que fazer um relato mais aprofundado do  
755 documento.

756

757

**7580 SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Senhoras e senhores bom dia. Essa  
759 proposta de Resolução, eu acho importante fazer uma breve contextualização, até  
760 para que os senhores tenham a compreensão desse processo. Essa proposta  
761 decorre de uma determinação da Resolução 369, que foi aquela Resolução que  
762 estabeleceu algumas situações em que há possibilidade de intervenção em áreas de  
763 APP, tanto no que tange a intervenções consideradas de baixo impacto quanto  
764 também algumas situações em ambiente urbano. E a própria Resolução estabelece  
765 que aqueles espaços degradados e que não sejam passíveis dessa regularização de  
766 atualização, não deveriam sofrer um processo de recuperação e determinou no art.  
767 17 que este CONAMA estabelecesse um Grupo de Trabalho para que no período de  
768 1 ano, apresentar a este Plenário uma proposta de metodologia para recuperação  
769 de APP. Ainda o que prazo de 1 ano não tenha sido observado, na íntegra, mas isso  
770 se deveu bem mais à intensidade dos trabalhos desse grupo, foram 10 reuniões com  
771 ampla participação, tanto de setores aqui representados como também de vários  
772 técnicos de diferentes instituições que foram convidados a participarem dar suas  
773 contribuições, e isso envolveu no âmbito deste Grupo de Trabalho, toda uma  
774 discussão com as diferentes representações desse CONAMA, o que redundou na  
775 apresentação de uma proposta que foi encaminhada para a Câmara Técnica. Na  
776 Câmara Técnica, como Presidente João Petribu mencionou, esse tema foi debatido,  
777 foram feitas uma série de ajustes e encaminhada para a CTAJ. A importância dessa  
778 Resolução reside não só na necessidade de termos esse procedimento estabelecido  
779 por conta da determinação da Resolução 369, como também pelo fato de equívoco  
780 de que temos uma série de situações que remetem ao passivo da recuperação de  
781 APP, e isso tem um rebatimento muito direto com a própria discussão do Código  
782 Florestal, por conta do acumulado já nesse Grupo de Trabalho, o Ministro Minc, em  
783 setembro do ano passado, já aproveitando esse acumulado editou uma Instrução  
784 Normativa que trata especificamente sobre isso, até para já em algumas situações  
785 poder antecipar e dirimir alguns conflitos com relação a esse processo, mas  
786 fundamentalmente essa Resolução traz a definição de procedimentos metodológicos  
787 que seriam aceitáveis para fins de recuperação de APP. Ela procura estabelecer um  
788 procedimento administrativo simplificado, ou seja, deixa de abrir espaços para  
789 exigências burocráticas que possam dificultar esse processo, procurando estimular e  
790 incentivar as atividades de recuperação notadamente as atividades voluntárias de  
791 recuperação de APP. E por outro lado é uma Resolução extremamente importante,  
792 porque ela também avança no que tange a definição de procedimentos. Então, você  
793 tem a aceitação de metodologias e depois algumas orientações técnicas para  
794 correta aplicação dessa metodologia de tal maneira que essa Resolução sirva  
795 também como orientador, como um instrumento de orientação técnica para que  
796 todas aquelas pessoas que desejam fazer a recuperação, que precisam fazer a  
797 recuperação de APP, seguindo essa orientação consigam imprimir a eficiência  
798 necessária e desejável a esse processo de recuperação. O passivo para  
799 recuperação de APP é bastante significativa no País e aí, portanto a contribuição  
800 que o CONAMA estaria fazendo com a aprovação dessa Resolução é  
801 extremamente, irrelevante é extremamente importante para todos os setores  
802 pequenos, médios e grandes agricultores, para a área urbana da mesma maneira e  
803 entendemos que houve um acumulado, essa Resolução está sendo discutida desde  
804 2007, como eu falei aqui com uma ampla participação e várias sugestões, vários  
805 debates foram travados. O que nós temos aqui proposto já é o resultado nesse  
806 longo processo e que há um entendimento sobre o aspecto técnico de todos os  
807 setores envolvidos que temos aqui uma proposta de Resolução, que  
808 fundamentalmente atende essa determinação da 369, estabelecer uma metodologia  
809 objetiva. Atende essa a outra determinação de ter a orientação técnica e a definição



810 clara de que os procedimentos para esse tipo de atividade devem ser efetivamente  
811 simplificados, para que se estimule e incentive essa recuperação. E obviamente que  
812 a ideia é que se abra essa discussão para que, em ainda havendo espaço e  
813 sugestões de aprimoramento dos artigos associados a Resolução que se trave estes  
814 debates e se faça e nós tenhamos finalmente aprovado por este CONAMA essa  
815 Resolução que refuto aqui como de extremo importância para auxiliar a Resolução  
816 desses passivos que existem hoje no País relativos à recuperação de Áreas de  
817 Preservação Permanente, que é indubitavelmente de relevância e interesse  
818 nacional. Obrigado.

819

820

821 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Nós temos 2 pedidos de vista  
822 entregues aqui à Mesa para essa matéria, o que é previsto no Regimento. Como  
823 não se trata de matéria que esteja em regime de urgência, então o pedido de vista é  
824 concedido automaticamente. Quem pede vistas inicialmente é o representante titular  
825 no CONAMA pela EcoJuréia, representa as entidades ambientalista as ONGs da  
826 Região Sudeste e também recebemos pedido de vista da Mira Serra. Naturalmente  
827 os conselheiros vão se pronunciar, mas o Presidente da Mesa quer fazer uso da  
828 palavra.

829

830

831 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu queria manifestar neste momento, primeiro  
832 dizendo que é regimental (...) não há o que se discutir a esse respeito. Entretanto,  
833 eu queria secundando as palavras ao Conselheiro João de Deus. Dizer que essa  
834 matéria vem sendo longamente amadurecida no âmbito deste Conselho. É uma  
835 matéria meritória, é uma matéria construtiva, ela é uma agenda positiva, permite  
836 equacionar um passivo de dimensões extraordinárias que nós temos do ponto de  
837 vista das áreas de proteção permanente. E, portanto, nós temos a compreensão de  
838 que essa matéria está pronta para ser apreciada, votada neste Plenário, e poder  
839 produzir os seus efeitos benéficos para o meio ambiente, para a proteção ambiental.  
840 Os conselheiros que pediram vista são pessoas altamente capacitadas, são  
841 militantes conhecidos da causa ambiental, portanto merecedores de todo o nosso  
842 respeito. Eu particularmente conheço o Dr. Bucuí, de outras jornadas, conheço a  
843 sua militância, o seu comprometimento com a causa ambiental. Mas eu me sinto  
844 adiante da responsabilidade de fazer essa consideração e até quem sabe um último  
845 apelo para que haja uma desistência do pedido de vista e que nós pudéssemos uma  
846 matéria que já tenha um elevado grau de consenso, tem algumas emendas que são  
847 apenas emendas de redação, não interfere conteúdo. Eles vão evidentemente cada  
848 qual, que pediu vistas fazer a defesa de seu pedido de vista e vão apresentar as  
849 suas justificativas e nós vamos acatá-las com muito respeito, mas eu faço esse  
850 registro para dizer que nós precisamos ter essa compreensão, quando matérias que  
851 tem esse grau de consenso, diferentemente da anterior, que tem um grande  
852 dissenso, seriam uma temeridade colocar uma matéria dessa aqui para discutir em  
853 um Plenário tão dividido a respeito de um tema tão difícil, tão espinhoso. No caso  
854 das APPs, uma é que você estabelece regras adequadas para a recuperação, para  
855 viabilizar algo que hoje nós não temos instrumentos para viabilizar, nós estamos  
856 dando instrumentos. Eu acho que um adiamento disso vem em prejuízo para o País.  
857 Claro, em respeito aqui às pessoas a quem respeitamos. O pedido de vista tem uma  
858 justificativa, nós vamos ouvi-las, mas eu me antecipei para dizer que a minha  
859 expectativa, a expectativa da Ministra Izabella é que nós pudemos aprovar essa  
860 matéria, para poder avançar, para podermos dar um passo avante projetando a  
861 imagem deste Conselho, de uma maneira afirmativa para a sociedade brasileira,

50

51

17

862ainda mais, além do que ele já conquistou, nós poderíamos cravar aqui hoje um  
863tento formidável. Caso essa matéria seja retirada, estamos achando que vai,  
864evidentemente temos que aguarda mais alguns meses para que ela volte ao  
865Plenário e possa finalmente ser apreciada. São considerações que não diminuem  
866em nada a legitimidade daqueles colegas, conselheiros que vão apresentar as suas  
867razões. Temos aqui o pedido para debater o tema da Conselheira Fani e do  
868Conselheiro Aníbal, a quem eu daria a palavra após ouvirmos as alegações em  
869primeiro lugar do Conselheiro Bucuí e na sequência da Conselheira Lisiane, por 3  
870minutos cada um.

871

872

873**O SR. ANÍBAL PICANÇO (SEM/PA)** – Bom dia a todos, nome é Aníbal Picanço,  
874sou Secretário do Meio Ambiente do Estado do Pará. E por experiência presidindo o  
875Conselho do Estado de Meio Ambiente, o presidente lá, nós temos oportunidades de  
876antecipação de voto. Eu gostaria de uma esclarecimento da Mesa neste sentido e  
877me perdoe o desconhecimento neste ponto do Regimento, mas se há possibilidade  
878de antecipação de voto a exemplo do que ocorre nos tribunais, os juristas aqui  
879sabem muito bem do que nós falamos, se há possibilidade dessa apreciação de  
880antecipação de voto?

881

882

883**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Decido sobre a sua questão de ordem. Eu fui  
884informado aqui pelo Secretário Nilo Diniz que a sua proposição não tem amparo  
885Regimental. Portanto eu estou negando o provimento a esta questão de ordem, mas  
886acatando como sugestão para o grupo que está examinando a nossa reforma do  
887Regimento, se entender que essa é uma regra saudável, ela pode ser perfeitamente  
888incorporada ao Regimento Interno do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Com a  
889palavra o Conselheiro Bucuí.

890

891

892**O SR. CARLOS BOCUHY (ECOJUREIA)** – Em primeiro lugar, eu gostaria da  
893reiterar o que disse o secretário com relação à grandeza do CONAMA, e o seu papel  
894como Conselho maior da Nação Brasileira, na área ambiental. Qualquer decisão do  
895CONAMA tem repercussões não só políticas, mas também tem repercussões na  
896qualidade dos produtos que o CONAMA emana de suas decisões. Neste sentido, os  
897passivos ambientais existentes no Brasil, que sejam desde o grande legado hoje da  
898grande empresa estatal da Petrobrás, as nossas discussões sobre Política Nacional  
899de Segurança Química, as questões que trabalhamos da lei de resíduos sólidos que  
900nos deixam desguarnecidos enquanto populações residem sobre áreas  
901contaminadas sem a solução de um fundo que permita a sua realocação de forma  
902preventiva. O fato é que nós temos uma série de passivos ambientais extremamente  
903preocupantes neste País e a qualidade das nossas decisões é a dimensão da  
904capacidade da sociedade brasileira para solucionar esses problemas. A nossa  
905posição que não é trago aqui um a posição que não é minha, portanto, eu não estou  
906autorizado pelo meu seguimento a retirar esse pedido de vistas a nossa  
907preocupação é que essa Resolução seja discutida de uma forma, com isonomia pela  
908questão técnica e sem a pressão política hoje implementada sobre este Conselho  
909pela ameaça de Congresso Nacional com relação ao Código Florestal. Se nós  
910cedermos a estas pressões, se o Conselho Nacional do Meio Ambiente ceder a  
911essas pressões e deliberar apenas para manter sua posição no cenário política, nós  
912estamos cometendo um erro estratégico, nós estamos cometendo o açodamento na  
913decisão na decisão sobre passivos ambientais e um erro política estratégico que

53

54

18

914devemos sim, fortalecer e empoderar o Conselho Nacional do Meio Ambiente,  
915porque é a sua função e a sua atribuição. E nesse sentido, eu mantenho o meu  
916pedido de vistas, porque eu estou convicto que nós podemos contribuir para a  
917melhoria desta Resolução que têm reflexos muito importantes no Estado de São  
918Paulo, no Sudeste e no Brasil também.

919

920

921**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Boa parte o Bucuí já falou. E eu queria  
922ainda agregar o que comentei na Tribuna Livre, que foi um motivo bastante forte de  
923pedir vista, além de querer melhorar a qualidade e a agregar alguma metodologia  
924mais consistente.

925

926

927**A SR<sup>a</sup>. FANI MAMEDE (CONTAG)** – Eu só queria manifestar a nossa indignação  
928com esse pedido de visto. O que eu estou entendendo é que os conselheiros que  
929representam o setor ambientalista, alguma coisa pode estar acontecendo, porque  
930eles não querem recuperação de APP, nós vamos no debate aqui dentro desde  
9312007 e antes disso nós já debatíamos que era necessário aperfeiçoar as  
932metodologias para a restauração e recuperação de APP. Nós avançamos no  
933diálogo, no debate e mais uma vez não é reconhecido? Nós representamos a  
934agricultura familiar, um setor sempre excluído das políticas que estamos a “passo de  
935formiguinha” tentando incluir um tratamento específico, não vou nem dizer  
936diferenciado, mas incluir a agricultura familiar nas diversas políticas públicas do  
937País. Nós estamos aqui no CONAMA em um espaço que nós conquistamos á “duras  
938penas”, quer dizer, todas as vitórias que por mais pequenas que elas sejam, nós as  
939valorizamos. Estamos aqui, já várias vezes tivemos propostas nossas que foram  
940indeferidas aqui no CONAMA, mas nunca nos retiramos do Plenário para dizer que,  
941não nós não queremos porque não foi aprovado a nossa proposta tchau nós vamos.  
942Não nós continuamos no debate, aperfeiçoando chegando o melhor que seja,  
943qualquer que seja a vitória para a agricultura familiar, para nós é uma vitória e é  
944valorizada. Na última Plenária do CONAMA, nós não aprovamos aquela Resolução  
945para agricultura familiar, a Resolução original era para ser tratada a agricultura  
946familiar em todos os seus aspectos como de interesse social no País e não  
947conseguimos, mas chegamos aquela e aquela para nós foi vitória. Então, eu acho  
948que o debate é importante e nós estamos desde 2007 neste debate, são Grupos de  
949Trabalho, são Câmaras Técnicas e até agora no CONAMA, como é que pode pedir  
950mais tempo para pensar, por que não pensamos juntos no debate, por que não  
951pesamos juntos nos espaços que foram construídos dentro deste Conselho para  
952isso. Então, é necessário que participemos mais dentro desses Grupos de Trabalho,  
953dessas Câmaras Técnicas para que nós nos sejamos reconhecidos em alguma linha  
954das Resoluções, porque isso é que eu estou vendo. O que é que fala? É que haja  
955um reconhecimento, que haja uma linha ou alguma coisa que diga essa daqui é do  
956conselheiro fulano. Nós colocamos dentro, mas vamos para o debate, vamos sentar  
957junto. Agora cada vez que vem uma Resolução para cá aí se ela pode vamos fazer o  
958pedido de vista porque nós precisamos pensar. Se nós estamos pensando aqui  
959dentro durante este tempo todo, “poxa”! Manifesto aqui a indignação da CONTAG,  
960mais uma vez com relação a esse procedimento adotado pelos companheiros, pelos  
961colegas ambientalistas. Obrigada! (*Palmas*).

962

963

964**O SR. PEDRO UBIRATAN ESCOREL DE AZEVEDO (Secretário Adjunto do Meio  
965Ambiente/SP)** – Bom dia a todos. Presidente, acho que eu também compartilho

966desse lamento pelo pedido de visto, mas eu acho que é uma questão regimental.  
967Então, o Regimento precisa tomar, a Comissão que está cuidando do Regimento  
968precisa prestar muita atenção nos pedidos de vista para evitar isso que nós estamos  
969vivendo aqui. Nós vamos possivelmente encerrar a sessão antes do almoço e era  
970possível que as pessoas pensassem o quanto de dinheiro público que nós gastamos  
971para vir até aqui passear e voltar aos nossos Estados em detrimento de uma série  
972de compromissos de todos nós aqui. Lamentavelmente essa é uma questão  
973regimental, não há o que fazer, mas justamente por isso eu acho que o Regimento  
974Interno precisa prestar muita atenção para essa questão dos pedidos de vista. Nós  
975já tínhamos até sugerido que isso fosse feito com o máximo de 5 dias de  
976antecedência passou disso não pode fazer pedido de vistas. Então, para evita e é  
977isso que eu queria realçar neste momento, o desperdício de dinheiro público que  
978está acontecendo em fase dessas circunstâncias.

979

980

981**O SR. VALTEMIR BRUNO GOLDMEIER (CNM)** – Bom dia a todos. Em nome da  
982Confederação dos Municípios. Individualmente nós tínhamos tomado a decisão de  
983tentarmos discutir em Plenário e melhorarmos essa Resolução, mas entendemos  
984que em alguns retrospectos, ela deve contemplar melhor como os municípios podem  
985contribuir para efetivamente nós implementarmos um programa nacional voltado à  
986recuperação das APPs. E considerando o pedido de vista das ONGs, no sentido de  
987contribuir a Confederação Nacional dos Municípios se associa mantido o pedido de  
988vistas pelas ONGs, a Confederação Nacional dos Municípios a se associa ao pedido  
989de vistas para também apresentar um relatório, com a ênfase voltada para que os  
990municípios sejam contemplados num programa voltado a agente recuperados APPs.

991

992

993**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Associação Brasileira de Produtores de**  
994**Florestas)** – Eu me sinto na obrigação de vir aqui contestar, apesar de que o pedido  
995de vista é um direito, ele é regimental, mas protestar pelo equívoco por um dos que  
996me antecederam dizendo que isso está sobre pressão política. Nós discutimos isso 1  
997ano e 7 meses, trouxemos o relator da discussão na Câmara Técnica na qual eu fui  
998coordenador, foi o professor Reis, um dos maiores especialista em recuperação  
999ambiental. O Ministério do Meio Ambiente deu a maior contribuição, às ONGs  
1000tiveram presentes. Isso é (...) aqui de acontecer, nós discutimos uma Resolução aqui  
1001a 2 anos, quando chega no dia da votação alguns conselheiros vêm a público  
1002solicitar para dizer hipocritamente que vão melhorar o texto da Resolução. Isso  
1003realmente eu quero solidarizar sobre os outros que aqui disseram que isso é uma  
1004medida que nós temos que trabalhar em cima do Regimento Interno que não pode  
1005ser desta maneira, é uma falta de consideração com todas as pessoas que estão  
1006aqui, que se deslocaram para vir aqui discutir. Isso é recorrente, isso é recorrente  
1007aqui dentro do Conselho. E isso tem que acabar, tem que por fim a esse tipo de  
1008situação, porque primeiro é uma falta de consideração com todas as pessoas que  
1009trabalham, inclusive comigo que fui o coordenador desse grupo, trabalhamos 1 ano  
1010e 7 meses e depois na Câmara, é uma desconsideração com todos os conselheiros  
1011que aqui estão. Eu precisava fazer esse desabafo. (*Palmas*).

1012

1013

1014**A SR<sup>a</sup>.PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu quero aqui fazer coro  
1015com fala do Conselheiro Pedro Ubiratan, a respeito do Regimento Interno. E eu acho  
1016que não tem não é só a questão do pedido de vistas, eu acho que Regimento  
1017Interno deve tratar também da formulação do processo, de formulação das normas,

1018das propostas de Resolução que vem a este Conselho, porque alguma coisa está  
1019acontecendo de grave, porque se nós formos olhar as últimas reuniões, uma delas  
1020veio uma Resolução que 19, pediram vistas. Na outra foi absolutamente tumultuada,  
1021O presidente deste Conselho sabe disso, a todo momento pedindo contagem de  
1022quórum, a todo momento fazendo pedido de vista e pedindo para a contar apesar da  
1023Resolução está algum tempo sendo trabalhada e veio de novo hoje, uma Resolução  
1024que está um ano e meio sendo discutida, de novo um pedido de vista. Há algum  
1025problema grave acontecendo, não vou aqui discutir o mérito do pedido de vista ou  
1026não, eu vou discutir a forma, a estratégia, o encaminhamento de discussão. Está  
1027havendo algum problema grave em relação a isso e é preciso que nós façamos uma  
1028reflexão profunda aproveitando a oportunidade do Regimento Interno sobre esse  
1029procedimento de discussão. Porque foram 19 pedidos de vista e porque teve muito  
1030pedido de vista, ninguém contestou o pedido de vista, ninguém ficou indignado com  
1031os pedidos porque foram 19. Mas o que está em discussão, eu acho, é o  
1032procedimento de Resolução. Não pode uma resolução que passa 2, 3 anos sendo  
1033(...) para cá e mesmo assim não agradar ou não ter o consenso dos segmentos.  
1034Então, eu reitero além da questão do pedido de vista que eu concordo que deva ter  
1035mais responsabilidade quando ele for pedido. Eu receito necessidade de que o  
1036Regimento trate do processo de discussão da Resolução para evitar essas questões  
1037que estão sendo realmente recorrentes. *(Palmas!)*.

1038

1039

1040**O SR. MAURÍCIO LOBO ABREU (ANAMMA Sudeste)** – Eu estava verificando aqui  
1041na própria pesquisa feita, para analisar qual é a Resolução do CONAMA que teve  
1042baixa qualidade. Eu realmente estou até pesquisando se foi uma coisa detrimental  
1043com questão ambiental. Eu acho que a reflexão que a Conselheira Patrícia falou, é  
1044um dado para nós realmente refletirmos sobre isso, porque o CONAMA sempre foi  
1045um Plenário que gerou Resoluções com força de Lei que avançaram a gestão  
1046ambiental brasileira e eu vejo que eventualmente o Congresso daqui a pouco vai  
1047passar a frente do CONAMA, quer dizer, não é briga com o Congresso é que temos  
1048que fazer a coisa com qualidade e a preparação tem seu sido feita das reuniões,  
1049devem ser reconhecidas, vem a reunião previa e nós despendemos mais tempo,  
1050viemos previamente e discutimos. Os setores que vêm, infelizmente dos próprios  
1051municípios, discutem as questões, consensuam de uma certa forma, claro que você  
1052não pode consensuar tudo que não seja no Plenário, tem observações que nós  
1053colocamos ontem e colocaríamos hoje para discussão no Plenário, mas  
1054simplesmente resolver com um pedido de vista, acaba desvalorizando todo esforço  
1055que o ministério, que o governo que todos nós fazemos para avançar na gestão  
1056ambiental brasileira. Eu acho que é uma reflexão também para isso é que de que  
1057forma nós podemos também pensar nessa reflexão. Não é a questão de quem  
1058ganhou e de quem perdeu, nós estamos lutando pela legislação ambiental brasileira,  
1059a APP tem um papel fundamental. Regulamentar isso, dar condições de ter recursos  
1060de mecanismo de desenvolvimento limpo para envolver a questão da recuperação  
1061de APP. Eu acho que é um esforço comum e não vejo tal preocupação em qualquer  
1062setor que aqui represente.

1063

1064

1065**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado Conselheiro Maurício. Eu vou  
1066passar a palavra ao Conselheiro Bucuí e nós vamos encerrar as inscrições durante  
1067a fala do Conselheiro Bucuí, vamos acatar novos... A Maria da Glória está inscrita.  
1068Então, estão inscritos Maria da Glória e a Conselheira Lisiane. No tempo que ele  
1069estiver falando nós vamos acolher novas inscrições e encerramos as inscrições.

1070 **O SR. CARLOS BOCUHY (ECOJUREIA)** – Eu retorno ao microfone só para deixar  
1071 claro que quando decidimos pelo pedido de vista há cerca de 20 dias atrás, eu tomei  
1072 a cautela de ligar para a diretoria do CONAMA (...) a minha preocupação de que  
1073 caso pedíssemos vistas qual seria a possibilidade da pauta do CONAMA abrigar  
1074 outras discussões para que, nós não tivéssemos aquilo que o Dr. Ubiratan colocou  
1075 muito claramente que é o desperdício de transporte, de deslocamento e foi me  
1076 garantido pelo diretor do CONAMA, o Dr. Nilo Diniz que nós teríamos uma discussão  
1077 importante na fase do tema livre e, portanto, isso não prejudicaria a convocatória do  
1078 CONAMA. Então, nós tivéssemos essa cautela Dr. Ubiratan, eu queria deixar claro  
1079 isso, jamais foi a nossa intenção, ou a intenção do Movimento Ambientalista  
1080 obstacularizar ou gastar dinheiro público à toa, pelo contrario, nós queremos que o  
1081 CONAMA faça o sequestro de (...) dos seus deslocamentos. Então, estamos aí  
1082 esclarecendo essa questão para que não pare dúvida sobre a isenção e a  
1083 seriedade da nossa proposta. Obrigado.

1084

1085

1086 **O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Bem, houve apenas uma inscrição durante a fala  
1087 do Conselheiro Bucuí que é exatamente o nosso secretário do Conselho que dará  
1088 explicações a respeito da r fala do Conselheiro Bucuí. Com a palavra Conselheira  
1089 Maria da Glória.

1090

1091

1092 **A SR<sup>a</sup>. MARIA DA GLÓRIA BRITO ABAURRE (Presidente da ABEMA)** – Bom dia  
1093 a todos. Maria da Glória, sou Secretaria de Meio Ambiente do Espírito Santo e sou  
1094 Presidente da ABEMA, mas não vou falar pela ABEMA, vou falar pelo meu Estado.  
1095 Nós lamentamos muito esse pedido de vista. Nós estávamos com uma esperança  
1096 muito grande de que essa Resolução fosse aprovada. Nós temos um programa de  
1097 longo prazo, que é plano estratégico para 2025 que prevê o aumento da cobertura  
1098 florestal do Estado, que hoje é cerca de 10% de Mata Atlântica, para 16% que é um  
1099 desafio tremendo que nós estamos trabalhando com os nosso produtores rurais,  
1100 com a nossa assembleia que guardem essas Resoluções que nós estamos  
1101 trabalhando aqui, que vão dando condições de haver essa recuperação de uma  
1102 forma sem atropelo, e as pessoas acreditam em nós quando nós representamos o  
1103 Espírito Santo aqui nesse fórum. E para nós é um desacerto tremendo voltar ao  
1104 Estado e dizer nos vários fóruns que nós temos com a sociedade, com a agricultura,  
1105 com os nossos produtores, com os nossos deputados que realmente mais uma vez,  
1106 hoje um ano e meio, nós não conseguimos avançar. Eu não estou entrando no  
1107 mérito das razões que levaram as ONGs a pedir vista, mas algumas pessoas que  
1108 falaram antes de mim aqui já mostraram claramente o que poderia ser feito,  
1109 conversado antes e uma filosofia barata, mas que acho que é muito valida que, às  
1110 vezes, “o ótimo é inimigo do bom”, enquanto nós estamos tentando fazer coisinhas,  
1111 que tem que melhorar aqui, está mal escrito ou está isto ou aquilo... As pessoas não  
1112 acreditam mais no CONAMA, as pessoas não acreditam mais em nós, porque  
1113 acham que nós não estamos pensando no que eles estão vivendo lá, nós vamos lá,  
1114 multamos fazemos e acontecemos, porque tem degradado APP, precisa recuperar.  
1115 Então, como é que eu faço para recuperar se tem toda uma política pública voltada  
1116 para a recuperação, querendo que essas coisas que vem do CONAMA que nós  
1117 respeitamos e temos honra de participar, que nós possamos levar para a sociedade  
1118 e infelizmente nós não conseguimos levar. Não estou criticando ninguém, só estou  
1119 lamentando, o Espírito Santo lamenta que esse Conselho que tem essa  
1120 responsabilidade enorme de fazer essas políticas públicas, nós fazemos política  
1121 pública nos Estados, mas muitas vezes nós precisamos que algumas coisas

1122venham daqui para não ter problema com o Ministério Público, que se nós  
1123propormos (...) o Espírito Santo coisas como. Então, nós estamos trabalhando juntos  
1124com todos os setores aqui. Eu não poderia deixar de está aqui falando do lamento  
1125que nossas, pelo menos do Espírito Santo, e a não certeza do nosso desafio de  
1126recuperar a nossa Mata Atlântica que nós estamos cadê vez mais difícil de  
1127conseguir por essas e outras coisas que nós vivemos neste País. (*Palmas!*).

1128

1129

1130**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu queria deixar bem claro a posição  
1131dos ambientalistas, que para nós mais do que ninguém é importante é recuperação  
1132e a restauração de APPs. Eu acho que não existe categoria que esteja mais  
1133preocupado com isso do que os ambientalistas. E é nesse aspecto é que a proposta  
1134de Resolução precisa ser alterada em questões de essência. Se fosse simplesmente  
1135questões de redação, de melhor formulação com certeza nós já teríamos feito e  
1136apresentado hoje no Plenário como nós temos feito desde o ano passado. Essa  
1137nova gestão da bancada ambientalista tem primado por discutir as coisas aqui  
1138dentro do Plenário e não simplesmente dizer e sair. A última nós tivemos que fazer  
1139um protesto que casualmente cai na mesma questão que eu citei hoje na Tribuna  
1140Livre, não passou pela Câmara Técnica de Unidades de Conservação e demais  
1141áreas protegidas. Então, é uma Câmara Técnica que poderia ter agregado muito  
1142qualidade nesse proposto. Outrossim, nós vemos com bastante preocupação a  
1143metodologia e temos que realmente melhorar a proposta. Então, vamos enfatizar  
1144que é uma questão de essência, uma questão técnica que não passou pelos  
1145trâmites e por isso eu concordo plenamente com a Conselheira Patrícia que  
1146realmente nós estamos com grandes problemas aqui na formulação de proposta. Na  
1147maneira como estão sendo conduzida, acho que isso também devia seria ser  
1148analisado proximamente para que não se ocorra novamente nesse tipo de discussão  
1149para mim é difícil eu sair de casa, lá do Rio Grande do Sul e vir aqui falar isso. Se  
1150não fosse uma coisa importante, com certeza como vocês têm visto desde o ano  
1151passado pela discussão, para melhoria de propostas. Então, fico aqui o recado que  
1152a bancada ambientalista tem extrema atenção às Áreas de Preservação  
1153Permanente, Reserva Legal, APP, Unidades de Conservação e é por isso que nós  
1154estamos mantendo esse pedido de vista.

1155

1156

1157**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Eu só venho até usar a  
1158Tribuna para não confundir o trabalho que nós temos que fazer ali de apoio à  
1159presidência da Mesa. Apenas para esclareço o seguinte: o Conselheiro Carlos Bucuí  
1160mencionou um telefonema que ele me fez há pouco mais da 20 dias, em relação já  
1161manifestando a disposição de pedir vista e de fato naquela ocasião eu disse para ele  
1162que, não por causa da pauta do CONAMA estar com apenas com uma matéria  
1163efetivamente que nós já prevíamos naquela ocasião que essa Resolução sobre  
1164unidades de conservação ia merecer um prazo de 120 dias a pedido dentro Grupo  
1165Assessor, mas já como determinação da Ministra. A Ministra tem proposto, tem  
1166defendido que o CONAMA se dedique a temas, a debates de temas estratégicos.  
1167Isso é uma determinação dela não tem nada haver com a pauta gorda ou amarga,  
1168de uma Plenária do CONAMA. Eu, inclusive me dirigi quando o Conselheiro Bucuí  
1169telefonou e dizendo que iria pedir vista, eu cheguei a dizer para ele que com o prazo  
1170tão grande que ainda tinha de mais de 20 dias, seria suficiente para ele se debruçar  
1171sobre a proposta e encaminhar sugestões de emendas e tal que seria naturalmente  
1172bem-vindas e discutidas por este Plenário. Este tem sido o esforço, o Regimento  
1173prevê 15 dias de prazo para disponibilizar os documentos da Plenária, exatamente

1174para os conselheiros ver, se possível no 15º e já trazer as contribuições de melhoria  
1175ainda que tenham tido no caso desse Resolução 3 anos para fazer isso. Essa  
1176matéria está em Grupo de Trabalho e em discussão há 3 anos, com ampla  
1177participação de todos os segmentos não houve nenhuma ausência de segmentos  
1178segundo me informou ontem o Wigold que é representante técnico da Secretaria de  
1179Biodiversidade e Floresta e depois o João de Deus confirmou. Todos os segmento  
1180participaram ativamente nesses 3 anos de discussão dessa matéria. Está aqui  
1181também o Presidente da Câmara de Gestão Territorial e Biomas também me  
1182confirmando isso. Então, sem nenhum prejuízo do direito regimental de pedido de  
1183vista que nós temos que respeitar e conceder. Eu acho importante sim que todos os  
1184segmentos, todos os conselheiros se debruçem sobre as matérias nos prazos que  
1185os regimentos já veem de discussão de Grupo de Trabalho, em discussão de  
1186Câmara Técnica, discussão da jurídica e ainda 15 dias da matéria disponibilizada  
1187para chegar aqui e fazer as sugestões de melhoria é só isso que eu quero  
1188esclarecer e quanto à tramitação na Câmara de Unidades de Conservação eu quero  
1189esclarecer a senhora mais uma vez que o que Regimento não obriga que uma  
1190determinada matéria trâmite em duas ou 3 Câmaras Técnicas, o Regimento indica  
1191que seja tramitado em uma Câmara de Mérito e na Câmara Jurídica antes da vir ao  
1192Plenário, é isso que o Regimento obriga, qualquer conselheiro pode solicitar por  
1193intermédio do CIPAM ou por intermédio do Presidente da Câmara que é quem  
1194convoca as reuniões com a Secretaria Executiva para que seja também tramitado,  
1195por exemplo, com ela disse na Câmara de Unidades de Conservação. Eu já  
1196expliquei isso reiteradamente é a questão de provocar o CIPAM ou a presidência da  
1197Câmara que é quem convoca. Só essa explicação para não ficar parecendo que nós  
1198estamos negligenciando o amplo debate nas instâncias do Conselho.

1199

1200

1201**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Bem, eu acho que nós fizemos aqui uma boa  
1202discussão que revelou um amadurecimento muito grande deste Conselho a cerca  
1203das suas necessidades de mudança regimental, não para calar a voz de quem tem  
1204críticas e devam fazê-las e trazê-las aqui, não é esse o objetivo do Regimento  
1205Interno não é criar uma hegemonia absoluta da maioria ou algo do tipo. O  
1206Regimento Interno tem que ser evidentemente democrático, tem que permitir  
1207inclusive, as regras até da obstrução. Evidentemente tudo, entretanto tem limite e eu  
1208queria que também nós pensássemos um pouco aqui, refletissem sobre o fato de  
1209que nós temos que ir pouco a pouco também superando essa visão de bancada.  
1210Bancada ambientalista e diversos não ambientalista, porque acho que todos aqui de  
1211uma forma ou de outra, somos totalmente engajados na perspectiva da conservação  
1212da natureza, e de um padrão de desenvolvimento sustentável nesse País . Eu acho  
1213que cada com seu olhar, talvez com sua experiência diferenciada, mas todos  
1214estamos no mesmo barco olhando o Brasil de uma jeito generoso com a nossa  
1215natureza, entendendo que a natureza é benéfica ao nosso País, ela presta serviço  
1216ao nosso País. Então, eu acho que proteger esses ativos, proteger esse patrimônio  
1217em benefício do desenvolvimento do nosso País, acho que é o desafio que todos  
1218nós temos. Eu gostaria que nós tivéssemos um relacionamento mais integrado  
1219daqueles que militam nas Organizações não Governamentais, mas que pudéssemos  
1220ir superando essa clivagem que as vezes me parece um pouco já ultrapassada de  
1221nós nos dividirmos entre ambientalista e não ambientalista. Este Conselho aqui  
1222ninguém é contra nós todos estamos querendo melhorar os instrumento de gestão  
1223ambiental. Eu acho que isso e o nosso objetivo, e como disse a Conselheira Fani  
1224aqui, peço licença para usar o seu argumento, nós não temos que ter aqui derrota  
1225ou vitória, nós todos temos que comemorar os avanços todos, menos aqueles que



1226votam contra têm que comemorar os momentos que nós votamos uma matéria,  
1227porque toda matéria traz avanço, todas elas. Então, dito isso, eu considero retirada  
1228de pauta essa matéria por ter amparo regimental. Vamos. Então, à próxima etapa  
1229que é a discussão de votação das moções. Eu peço a gentileza dos companheiros e  
1230conselheiros, para que permaneçam no Plenário, para que nós possamos votar as  
1231matérias remanescentes.

1232

1233

1234**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Inclusive após as moções  
1235nós temos também uma parte de Informes e temos pelo menos um Informe aqui que  
1236já está confirmado, que é a respeito da Resolução 362. A 1ª moção em pauta, o item  
12378.3: é a proposta de moção que recomendo a criação de um corredor ecológico no  
1238rio Pelotas, Rio Grande do Sul. Essa Resolução foi apresentada pela ONG, Mira  
1239Serra, foi apresentada na reunião de março, na 97ª, mas não foi apreciada em  
1240função de falta de quórum naquela reunião. Então, nós passamos a palavra à  
1241proponente da moção que vai justificar e defender a moção.

1242

1243

1244**A SRª. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu, primeiro, gostaria de destacar o  
1245título que foi dado para essa moção. Na realidade, não é a criação, a ideia não era  
1246essa, ficou de uma maneira subliminar. Então, não fomos nós que propusemos esse  
1247título de moção. Na verdade, é um cumprimento, nós estamos pedindo o efetivo  
1248cumprimento de um termo de ajustamento de conduta firmado em 2004 em  
1249consequência à construção da usina hidroelétrica de Barra Grande, que ficou  
1250conhecida como a usina que não viu a floresta, teve uma série de problemas, foi  
1251firmado esse termo de ajustamento de conduta entre os Ministérios, entre o  
1252Ministério Público, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente,  
1253foram conduzidos estudos para isso e até hoje nós não temos o cumprimento desse  
1254TAC. Então, esse, na verdade, seria o título: cumprimento de um TAC e não criação  
1255do corredor, porque não estou só pedindo a criação de um corredor. Então, vou  
1256deixar bem claro que cumprimento de um TAC, é o cumprimento de uma regra legal,  
1257não é um pedido, não é um “achismo”, já foi firmado, foi assinado e não está sendo  
1258cumprido. É isso. Eu queria mostrar um PowerPoint bem pequeno, não é o filme, é  
1259um PowerPoint, por conseguinte. Eu quero que vocês tenham ideia do que é o local.  
1260Mas é para mostrar a região, esse lugar fica no Rio Pelotas na divisa de Santa  
1261Catarina com o Rio Grande do Sul e foi colocada uma usina hidroelétrica, já tem  
1262outras, e o único lugar que sobrou com as mesmas características de onde foi  
1263derrubado a floresta, é onde se quer fazer a usina hidroelétrica de Pai Querê, nós  
1264não temos nada contra, mas queremos o cumprimento do termo de ajustamento de  
1265conduta.

1266

1267

1268**O SR. VALTEMIR BRUNO GOLDMEIER (CNM)** – Considerando a solicitação dos  
1269municípios da Amunes do Estado de Santa Catarina, considerando a solicitação dos  
1270municípios da Serra no Rio Grande do Sul, ambas as associações de municípios  
1271diretamente impactadas pelo projeto, considerando também de que nós estamos  
1272adiante de uma divergência até no título da moção e considerando que tanto a  
1273Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, quanto a FECAN e a CNM no  
1274intuito de defenderem o interesse dos municípios, nós gostaríamos de solicitar vistas  
1275em relação ao processo de moção para apresentar um relatório na próxima reunião  
1276a fim de contribuir em relação ao debate. Obrigado.

1277

1278 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Conselheiros, eu não vim  
1279 aqui pedir vistas, mas vim exatamente aqui fazer um comentário para a nossa  
1280 reflexão, ajuntando as demais reflexões sobre os processos, os pedidos de vistas  
1281 dos processos anteriores. A nossa reflexão é do que é pertinente a este Plenário ou  
1282 não? Pergunto-me se nesse caso, que eu considero um dos maiores escândalos  
1283 ambiental que já houve nesse país, no meu entender, após o licenciamento de Barra  
1284 Grande, o licenciamento ambiental no país ficou completamente desmoralizado,  
1285 eram 2200 hectares agora aqui já está falando que é 3800, enfim, mostra como que  
1286 nosso licenciamento ambiental é uma grande barganha, mesmo tendo uma área  
1287 de floresta primária, de uma forma inacreditável, os analistas do projeto não  
1288 enxergaram a floresta e o licenciamento foi concedido e isso só foi descoberto para  
1289 a licença de operação e mesmo assim houve uma barganha, houve uma  
1290 negociação. Eu me lembro muito bem de uma liderança ambientalista do Rio Grande  
1291 do Sul no Programa do Jô Soares, Miriam, que ela chama, eu lembro que o Jô  
1292 perguntou para ela: “mas como fazer se já está lá aquela cortina de concreto de 190  
1293 metros de altura?”, aí ela respondeu: “que ficasse um monumento, não dessa  
1294 licença de operação, e ficasse um monumento para mostrar que o licenciamento  
1295 ambiental no país é sério. Como não é sério, foi dada a licença de operação, a  
1296 barragem foi cheia e a mata foi suprimida. Então, eu acho que é um caso que  
1297 deveríamos ter até vergonha de trazer para discutir aqui. Em Minas tem um ditado  
1298 muito importante “em casa de enforcado não se fala em corda”. No caso específico  
1299 aqui o que me chama mais atenção é se teve um termo de ajustamento de conduta,  
1300 um termo de compromisso, eu vim fazer uma moção do CONAMA para cumprir.  
1301 Então, para que vale esse termo de compromisso? Moção de CONAMA para  
1302 cumprir termo de compromisso, é o máximo da desmoralização, não é pedido de  
1303 vistas, eu acho que isso não poderia entrar em pauta e acho que o CONAMA tinha  
1304 que ter uma triagem de dizer: “tem coisas que não tem o menor sentido, termo de  
1305 compromisso cumpra-se, entra como ação civil para cumprir o que for e vai ao  
1306 Judiciário”. Agora, moção do CONAMA para cumprir um termo de ajustamento de  
1307 conduta, é um reconhecimento da desmoralização de todos os instrumentos de  
1308 gestão ambiental. (*Palmas*).

1309

1310

1311 **O SR. NIRO AFONSO PIEPER (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)** – O  
1312 Estado se alia ao pedido de vista da CNM, tendo em vista estudar melhor e  
1313 alternativas e existem inclusive estudos a respeito, não quero aqui polemizar a  
1314 respeito de cumprimento de termo de compromisso, mas pelos interesses do Estado  
1315 me alio ao pedido de vista.

1316

1317

1318 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS (MMA)** – Sr. Presidente, eu solicitei a palavra  
1319 para fazer uma observação que me parece relevante já que o teor do moção remete  
1320 ao cumprimento do que foi, digamos, ajustado naquele termo assinado, inclusive  
1321 pelo MMA e várias outros atores. Referente a essa matéria objeto da moção, o que a  
1322 cláusula 6ª remetia ao MMA era a realização de estudos na área a montante do  
1323 Lago de Barra Grande, exatamente para garantir à manutenção de um corredor a  
1324 montante do lago, garantindo o fluxo gênico, garantindo à manutenção do fluxo  
1325 gênico a montante de Barra Grande. Eu acho que é importante mencionar aqui que  
1326 essa cláusula foi cumprida, o MMA montou equipe técnica, deslocou essa equipe a  
1327 campo, fizemos um extenso estudo para cumprir essa cláusula 6ª, esse estudo foi  
1328 concluído, inclusive foi objeto de apresentação pública em 4 audiências, 2 em Santa  
1329 Catarina e 2 no Rio Grande do Sul e acho que a própria motivação do pedido de

1330vistas insere um outro aspecto, que é à proposta de criação de um refúgio de vidas  
1331silvestres nessa região. Nós temos um termo de compromisso que remetia a  
1332exigência ao MMA de promover um estudo, esse estudo foi feito, foi disponibilizado  
1333a sociedade e foi inclusive aberto o debate e nós temos um outro fato, que é uma  
1334proposta de criação de um refúgio de vidas silvestres nessa área e que foi inclusive  
1335entendido em outro processo como uma maneira de operacionalizar esse corredor  
1336ecológico na região. Então, me parece que se o foco da moção realmente é a  
1337cobrança da cláusula 6ª do termo de compromisso, me parece que essa matéria  
1338está vencida. Foi cumprido, o MMA cumpriu o que está determinado na cláusula 6ª.

1339

1340

1341**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Então, nós temos apenas duas pessoas inscritas,  
13423, 4, então, vamos anotar aqui. É o desejo dos Conselheiros de participarem do  
1343debate. Isso é muito saudável. O Conselheiro Soares, por favor, com a palavra.

1344

1345

1346**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu quero só lembrar  
1347algumas coisas a respeito de moções. Moções, conforme várias deliberações do  
1348CONAMA, é um assunto que tem que ser apreciado pelo Plenário, vota-se a favor  
1349ou contra, não existe esse empecilho de passar pela CTAJ e nem Câmara Técnica  
1350nenhuma, porque o mérito da questão é colocado quando os Conselheiros trazem  
1351para o Plenário. Então, seria um retrocesso o pedido de vista, porque o que ficou  
1352combinado em reuniões anteriores que moções é uma coisa de urgência, de  
1353emergência e que tem que ser colocado para o Plenário: vota-se a favor ou contra,  
1354mas não pode acumular moções como era no passado, que até a CTAJ vetava e, às  
1355vezes, chegava a colocar para as Câmaras Técnicas Competente e a maioria das  
1356moções morriam na burocracia e nos empecilhos jurídicos. Então, pedido de vista de  
1357moções não tem procedimento e é retrocesso.

1358

1359

1360**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado Conselheiro. Passo a palavra à  
1361Conselheira Geraldina, ABES. Eu lembro apenas aos ilustres Conselheiros em que  
1362pese essa manifestação do Conselheiro Soares, há o pedido de vista que tem o  
1363amparo regimental, enfim, queiramos ou não tem o amparo regimental, nós somos  
1364obrigados a seguir o Regimento, mais uma vez estamos remetendo a reforma do  
1365Regimento com uma questão de prioridade 1, prioridade absoluta desse Conselho é  
1366nós, no início do segundo semestre e se tudo correr bem, possamos aprovar um  
1367novo Regimento. Nós temos hoje já um amadurecimento para isso. Todos aqui  
1368estão clamando para que o Conselho, sem perder a sua característica de ser um  
1369Conselho democrático e de debates, eles tem que ser resolutivo, tem que ser  
1370efetivo, não pode ficar procrastinando, porque o país não pode ficar esperando  
1371indefinidamente que fiquemos aqui refletindo sem metas claras. Eu acho que o  
1372Regimento tem que ter essa clareza, sob pena de chovermos no molhado. Então,  
1373com a palavra a Conselheira.

1374

1375

1376**A SRª. MARIA GERALDINA SALGADO (ABES)** – Gente, eu sou a nova  
1377Conselheira, na verdade, suplente representando a ABES. E a respeito desse  
1378pedido dessa moção aí, eu trabalhava, na época do licenciamento de Barra Grande,  
1379eu trabalhava na Assessoria Técnica do Ministério Público aqui em Brasília. E  
1380realmente como o Conselheiro João Cláudio colocou, acho uma coisa assim  
1381inverossímil ter que apresentar uma moção para cumprimento de um TAC, porque o

1382TAC já é um dos nossos últimos recursos, mas como chegamos a esse ponto, eu  
1383pediria a Conselheira Lisiane para na sua fala, que eu acho que vai ser inclusive a  
1384seguir, que explicitasse que caminhos que, se ela tiver alguma sugestão de  
1385explicitar, os caminhos que achamos que esse Plenário teria para viabilizar o  
1386cumprimento desse TAC, porque isso é uma coisa que tem que ser feito e é  
1387basicamente isso que tenho a dizer.

1388

1389

1390**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Bom dia. Eu acho  
1391que está havendo um desentendimento do Plenário e acho também muito delicada  
1392algumas afirmações que são colocadas aqui até por falta de conhecimento da  
1393matéria. Quem acompanhou o termo de compromisso da usina de Barra Grande,  
1394quem vem acompanhando, quem assinou o Ministério de Minas e Energia, Ministério  
1395do Meio Ambiente, IBAMA, o Ministério Público, enfim, se for fazer uma análise do  
1396atendimento do termo vão verificar que praticamente todos os pontos já foram  
1397cumpridos, não só esse ponto específico, que é uma obrigação do Ministério do  
1398Meio Ambiente, mas existe um ponto ou outro que estamos fechando agora, mas  
1399praticamente todas as cláusulas foram atendidas. Então, só queria destacar isso,  
1400que não há uma negligência por parte das instituições públicas e nem pelo  
1401empreendedor, enfim, com relação ao termo, muito pelo contrário, foi sempre levado  
1402com muita seriedade.

1403

1404

1405**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MIRA-SERRA)** – Eu concordo plenamente, não gostaria  
1406de trazer esse tipo de moção para o CONAMA. Eu gostaria que já tivesse sido  
1407cumprido. No momento estamos pensando em entrar com o Ministério Público, mas  
1408para uma entidade ambientalista, como vocês sabem um advogado não trabalha de  
1409graça. Então, tudo tem um custo. Nós já temos outras ações nessa linha. O que nos  
1410favorecia era uma moção de apoio para o cumprimento, nós já tivemos apoio para  
1411tanta coisa, apoio de mérito, apoio de (...), apoio disso, apoio daquilo. Eu acho que  
1412uma coisa tão clara quanto um TAC assinado por todos e que não foi cumprido,  
1413depende de uma ONG captar dinheiro para contratar um advogado para entrar no  
1414Ministério Público, eu acho que não seria degradante a esse Plenário apoiar uma  
1415moção nesse sentido. Também não concordo de trazer isso para cá, mas para  
1416vocês terem uma ideia a que ponto nós chegamos de trazer um pedido de  
1417cumprimento, vamos ver a data e estamos em 2010. Este ano nós fizemos uma  
1418expedição, mais uma expedição ao local, o pessoal de Santa Catarina também  
1419fizeram expedição local, antes de ele ser Barra Grande fizeram e depois (...) para ai  
1420compensação ambiental não foi comprada ainda e a única área que sobrou com as  
1421mesmas características é aquela do fundo. A margem com a floresta é Santa  
1422Catarina e a margem com campos de altitude é Rio Grande do Sul. Aqui onde eu  
1423estou, um pouco mais para cá, é uma passagem dos tropeiros. Então, vocês vejam  
1424aí embaixo nós temos a usina hidroelétrica de Barra Grande, que fica mias a jusante  
1425e ali eu também coloquei uma ilustração onde pegaria esse corredor de  
1426biodiversidade, mas vejam que no amarelo ali todas as áreas é considerada área de  
1427extrema importância, relevância para a proteção da biodiversidade e repartição  
1428dessa biodiversidade. Então, só pelo fato de já ser uma área prioritária já tem outro  
1429tipo de uso, criar um corredor aí não seria nenhum problema, fazer a compensação  
1430ambiental de Barra Grande, que não foi feito até hoje, também não seria um  
1431problema. Agora, onde está o problema é que nós não sabemos, se soubessem, nós  
1432já teríamos agido nesse sentido. Então, daí o nosso desespero em trazer uma  
1433moção de apoio a esse cumprimento. Então, realmente não acho certo trazer esse

1434tipo de gestão aqui, como também não acho certo trazer pedido de encaminhamento  
1435de Unidades de Conservação, porque acho que tem outros caminhos, mas nesse  
1436caso específico não achamos outro caminho no momento, a não ser pedir aos  
1437senhores apoio para que esse TAC seja cumprido, não estamos pedindo para fazer  
1438um TAC, não estamos pedindo para fazer uma Unidade de Conservação, só  
1439queríamos o apoio de vocês para cumprimento desse TAC. É uma questão política  
1440praticamente.

1441

1442

1443**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado. Bom, como foi à última inscrita,  
1444nós estamos retirando essa matéria e voltará ao Plenário no Conselho Nacional de  
1445Meio Ambiente oportunamente.

1446

1447

1448**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – O item 8.4 é a proposta de  
1449moção de congratulações e aplausos ao poder judiciário pela criação de varas  
1450ambientais nos Estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Maranhão. Então, o  
1451interessado é FBCN e passo a palavra, então, ao Dr. Bruno da FBCN.

1452

1453

1454**O SR. BRUNO LÚCIO MOREIRA MANZOLILLO (FBCN)** – É muito simples: o  
1455Congresso Nacional aprovou um Projeto de Lei de origem do poder judiciário criando  
1456várias novas varas federais e atribuiu ao Conselho da Justiça Federal a missão de  
1457definir a cada ano, onde ficariam essas varas e quais seriam as áreas de  
1458especialização e o Ministro/Presidente do Conselho da Justiça Federal e Presidente  
1459do STJ inaugurou uma novidade na Justiça Federal que foi a criação de 4 Varas  
1460Federais Ambientais, são as primeiras varas federais no Brasil nos 4 Estados em  
1461Porto Velho, Manaus, Belém e São Luís. Então, nos pareceu que seria motivo de  
1462nos congratularmos com o Ministro e, inclusive colocando o CONAMA à disposição  
1463para que nos estudos das futuras Varas Federais Ambientais até pudéssemos  
1464colaborar com eles. É muito simples, só isso e acho que não vai ter pedido de vista.

1465

1466

1467**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Pergunto se o Plenário está em condições de  
1468votar essa matéria? Aqueles que são favoráveis a aprovação dessa moção  
1469manifestem-se levantando os seus crachás. Muito obrigado. Os que são contrários.  
1470Abstenções. Uma abstenção. Aprovado a matéria. Próximo ponto.

1471

1472

1473**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – O item 8.5, proposta de  
1474moção de repúdio à construção da usina hidroelétrica de Belo Monte. Foi proposta  
1475essa moção pela ONG Mover, representada na Reunião Extraordinária de Abril, 55º.  
1476Passamos a palavra ao representante da Mover para fazer a justificativa e defesa da  
1477proposta.

1478

1479

1480**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Está presente a autora da proposta?

1481

1482

1483**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – O Alan, Novos Curupiras, vai  
1484justificar representando aqui a entidade proponente.

1485

1486 **SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Bom, na  
1487 verdade, eu não sei como foi encaminhado, mas, na verdade, quem propôs essa  
1488 moção foram os Novos Curupiras pela região Norte, inclusive antecedeu com a fala  
1489 na Tribuna Livre e que nos manifestamos. Eu não sei como foi, mas não se perde,  
1490 até porque assinamos tal moção, nós estamos pleiteando para argumentar e  
1491 estamos colocando em pauta. Bom, inicialmente bom dia a todos os Conselheiros,  
1492 ao Secretário Executivo. Sobre a questão em pauta não dá para nós, enquanto  
1493 região Norte, ambientalista e a sociedade da região Norte, nós estarmos  
1494 vislumbrando tal projeto formato que foi dado e uma luta de mais de 20 anos de  
1495 resistência, construção desse Belo Monte. E dentro dessa perspectiva trazemos  
1496 para o pleno dizendo o formato que foi dado e que nós imaginamos que o  
1497 encaminhar desse Projeto Belo Monte foi agora ultimamente protagonizado de uma  
1498 forma autoritária e arbitrária ao avesso, ao anseio da população do Estado do Pará e  
1499 da Amazônia. Então, não dá para 20 anos de luta, inclusive o próprio Fórum da  
1500 Amazônia Oriental e diversas entidades que compõem a região Norte, inclusive com  
1501 pautas na Câmara, e esse pleno estar pautando o debate da Matriz Energética e  
1502 fazermos um debate amplo sobre a energia para este país, seja nas térmicas, seja  
1503 pela questão das nucleares, nós estamos percebendo e ver as coisas andarem no  
1504 formato que estão. Então, enquanto representante da região Norte, nós  
1505 manifestamos a nossa moção de repúdio ao formato e a condição do Projeto Belo  
1506 Monte.

1507

1508

1509 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado Alan, por favor, Conselheira  
1510 Ceicilene do MME e depois o Soares está inscrito também.

1511

1512

1513 **SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Bom dia. Pedir  
1514 licença ao Plenário para fazer um breve relato sobre a construção do Regimento em  
1515 Belo Monte, enfim, como é que ele foi discutido no âmbito da sociedade e com o  
1516 Governo. A usina hidroelétrica de Belo Monte será a terceira maior hidroelétrica do  
1517 mundo em potência instalada, vai gerar em torno de 11 mil megawatts. E esse  
1518 empreendimento tem a característica de trabalhar a fio d'água, isso é não vai haver  
1519 necessidade de regularização do rio e será construída apenas um empreendimento  
1520 nessa região. Essa energia vai ser ligada ao Sistema Interligado Nacional e vai levar  
1521 energia tanto para a região Norte, que para as populações que estão sem está  
1522 ligada ao sistema e também a região Sul, Sudeste. Com relação à questão da  
1523 alteração do projeto, enfim, o que foi afirmado aqui, eu queria relatar que ao longo  
1524 de mais de 20 anos o projeto vem sendo discutido tanto em ordem técnica,  
1525 ambiental, como em social. Por exemplo, alguns pontos que é importante destacar é  
1526 justamente a questão da redução da área de inundação, que estava previsto  
1527 inicialmente no projeto original 1225km<sup>2</sup> para 516km<sup>2</sup> e isso há mais ou menos uma  
1528 relação de 60%, uma redução do reservatório em 60% do que era previsto  
1529 anteriormente. Essa redução do Reservatório propiciou também que as áreas  
1530 indígenas, na região, não fossem inundadas. Então, isso foi um grande avanço nas  
1531 discussões com as comunidades indígenas e com a população da região. O projeto  
1532 original, em princípio, estava previsto para atingir 3 terras indígenas que são:  
1533 Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá. Bem, como  
1534 comentei com a revisão do inventário, anteriormente havia uma previsão de construir  
1535 3 usinas hidroelétrica, agora só foi sinalizado a construção da usina de Belo Monte.  
1536 Para fazer um breve relato dessas discussões, em 75 a 79 a Eletronorte iniciou os  
1537 estudos de inventário na região, onde foi identificado o potencial de 3 barramentos.

1538 Em julho de 2005 o Decreto Legislativo do Congresso Nacional autorizou o Poder  
1539 Executivo a implantar o aproveitamento da hidroelétrica de Belo Monte. Em julho de  
1540 2008 o Conselho Nacional de Política Energética estabeleceu como único potencial  
1541 a ser explorado no Rio Xingu e reitera o interesse estratégico do aproveitamento do  
1542 potencial hidroelétrico do Xingu. Em julho de 2008 a ANEEL aprova, então, a revisão  
1543 do inventário indicando esse único aproveitamento. Em outubro de 2009 a Agência  
1544 Nacional de Águas concedeu à reserva a disponibilidade para o empreendimento. A  
1545 FUNAI, no mesmo ano em 2009, no mês de outubro se manifestou favoravelmente a  
1546 implantação do empreendimento. Em fevereiro de 2010 o IBAMA concedeu a licença  
1547 previa. Com relação à discussão com a população queria destacar o seguinte: que  
1548 ao longo de todo esse período, desde 2007, foram realizados vários eventos com as  
1549 comunidades, com a região, com vários fóruns para apresentar empreendimento e  
1550 discuti-lo. As audiências públicas que foram promovidas pelo IBAMA envolveram  
1551 cerca de 8 mil pessoas e todas foram consideradas válidas e foram realizadas em 4  
1552 municípios na região. Com relação às oitivas com as comunidades indígenas foram  
1553 realizadas várias reuniões com as comunidades sobre a coordenação da FUNAI e  
1554 do IBAMA. Eu estou à disposição para detalhar. Portanto, nós pedimos que não  
1555 fosse aprovada a moção.

1556

1557

1558 **SR. PEDRO ALBERTO BIGNELLI (IBAMA)** – Bom dia a todos. É só alguns  
1559 pontos que apontam como a participação da população como pífia, a nossa colega  
1560 já disse aqui, que foram 4 audiências com quase 9 mil participantes, sendo que uma  
1561 delas em Altamira, que é no local do barramento, 5 mil pessoas que foi a maior  
1562 audiência, até então realizada no Brasil, quer dizer, tudo de acordo com a lei. Fora  
1563 cerca de uma centena de oitivas com as comunidades indígenas em contrapartida à  
1564 ação da FUNAI no processo de licenciamento. Quanto ao parecer de 114/09, não é  
1565 de dezembro, é de final de novembro e não aponta contrário à construção ou a  
1566 viabilidade ambiental do empreendimento, ele aponta-se como inconclusivo, aponta  
1567 alguns pontos pendentes que foram novamente estudados, novamente conversados  
1568 com o empreendedor, inclusive com a contratação de especialistas relativos a  
1569 assuntos bastante peculiares como histograma, ideograma e etc. Por fim e para não  
1570 ocupar muito tempo disse do secamento de 100 quilômetros de leito seco. Esse  
1571 próprio leito seco de 100 quilômetros é à própria volta grande e em nenhum  
1572 momento ideograma aponta pelo leito seco, aliás, o mínimo de vazão vai ser  
1573 superior a várias vezes que no inverno, a época seca na Amazônia, se chegou  
1574 a 273 m<sup>3</sup> por segundo e a vazão mínima apontada pelo ideograma é de 400. Então,  
1575 leito seco em nenhum momento vai acontecer na volta grande. E na sequência do  
1576 texto, se alguém prestar atenção, diz que a volta grande vai ficar submersa ou seca.  
1577 Agora, ao mesmo tempo é impossível. Então, as 20 mil pessoas vão ser  
1578 recolocadas, não vão ser desalojados, de forma alguma, são “relocadas” como em  
1579 todo empreendimento do tamanho de Belo Monte com a peculiaridade do avanço do  
1580 Sistema de Licenciamento do IBAMA, que aprendeu muito desde Balbina, que não  
1581 foi licenciada, passando por Tucuruí e passando também pelo Complexo Madeira só  
1582 para ficar na Amazônia as ações antecipatórias, não vão se esperar as 90 mil, 96 mil  
1583 pessoas previstas para trabalhar na região, se instalarem para ver o que vai precisar  
1584 de saúde, de educação, segurança pública, essas ações são antecipadas, vão se  
1585 mapear quantas pessoas chegarão ao projeto e a cada X pessoas, que chegarem  
1586 ao projeto, vão ter que ser atendidas em ações antecipatórias todas as questões  
1587 sócio-econômica. Muito obrigado.

1588

1589

1590 **SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado Conselheiro Pedro. Agora é o  
1591 Conselheiro Soares.

1592

1593

1594 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bem, todo e qualquer  
1595 moção de repúdio, de protesto é importante salutar. A única coisa que eu estou  
1596 vendo aqui é que tínhamos que dar nome aos bois. A quem se destina a moção?  
1597 Então, vou dar o nome aos bois. Essa moção tem que ser endereçada ao Presidente  
1598 da República, Luiz Inácio Lula, essa moção deve ser enviada ao Ministério do Meio  
1599 Ambiente, que é parte integrante desse processo também e que está aqui presente,  
1600 essa moção também é destinada ao IBAMA que licenciou a obra mesmo com  
1601 recomendação contrária dos técnicos. Então, nós temos que fazer o  
1602 encaminhamento a quem de fato tem e com recomendações, recomendações essas  
1603 que as moções de repúdio fala para o Presidente da República não construir essa  
1604 obra, para o Ministério do Meio Ambiente avaliar esse processo de licenciamento,  
1605 para o IBAMA avaliar tudo isso, e a cima de tudo, avaliar os custos e benefícios  
1606 sociais, como se fala que a obra já está prevista em 44 bilhões de reais, embora os  
1607 custos estimados inicialmente era de 19 bilhões. Então, fica um elefante branco para  
1608 pouca energia produzida com mais impacto ambiental. Então, dessa forma nós  
1609 somos favoráveis a qualquer tipo de moção de protesto e de repúdio. Agora, vamos  
1610 dar nome aos bois, vamos avaliar a quem se destina com a recomendação ao  
1611 Presidente da República e as partes que repensem esse Projeto de Belo monte,  
1612 porque pode ser um grande elefante branco para o Brasil.

1613

1614

1615 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (FEAM)** – Para um pesquisador na  
1616 academia sobre licenciamento, como é o meu caso, o Projeto de Belo Monte ao lado  
1617 do Barro Grande são realmente os dois “q” mais interessantes que eu já encontrei  
1618 aqui no país. A representante do Ministério de Minas e Energia disse que realmente  
1619 houve o cuidado para ter uma área inundada menor, que realmente é um grande  
1620 impacto na floresta ao barramento ao fio d’água, mas o barramento ao fio d’água  
1621 têm outro impacto muito grande, que é o trecho de vazão reduzida, que no caso de  
1622 Belo Monte vai há quase 100 quilômetros, como o diretor do IBAMA falou, ou o  
1623 trecho vai secar ou vai acabar e ser desocupado. Então, é um problema muito sério  
1624 os impactos, quer dizer, você pode reduzir o impacto sobre a expressão da  
1625 vegetação, mas você cria outros impactos. As populações indígenas, ainda que não  
1626 sejam inundadas as reservas indígenas, o principal meio de transporte, que é a  
1627 canoagem no rio, vai ficar seriamente prejudicada. Aliás, como todo  
1628 empreendimento, ele tem os seus impactos positivos e seus impactos negativos. O  
1629 caso de Belo Monte, eu acho que tomou uma proporção muito grande, inclusive com  
1630 participação de James Cameron e tudo isso, porque tem um grande apelo por está  
1631 fazendo uma hidroelétrica na Amazônia, por termos reservas indígenas e etc. e tal.  
1632 E é interessante observar nessas minhas pesquisas o que cheguei à conclusão é o  
1633 seguinte, por que tudo isso acaba no licenciamento ambiental? Nós ficamos  
1634 assumindo, nós órgãos ambientais, e todos os atores, empreendedores e também  
1635 as ONGs que o licenciamento ambiental é a panacéia do mundo e não é gente, é  
1636 preciso acordar dessa bobagem que todos estão pensando. Então, vem tudo para o  
1637 licenciamento ambiental, o licenciamento ambiental não vai conseguir resolver,  
1638 como não resolveu no caso de Barra Grande, não vai resolver de Belo Monte, temos  
1639 que procurar as causas, não as consequências. Então, pesquisando um pouco  
1640 verifiquei o seguinte, se fazer uma barragem, uma hidroelétrica na Amazônia é tão  
1641 polêmico assim, o próprio Ministério Público deveria entrar com um mandato de



1642segurança quando a ANEEL publicasse o seu leilão, ora depois que a ANEEL  
1643publicou o seu leilão, não resta ao empreendedor, não resta aos consultores a fazer  
1644os estudos ambientais, o projeto para aquela localização que está em leilão. Então,  
1645nós temos que discutir é mais atrás, não é deixar para o licenciamento discutir se vai  
1646ou não vai fazer, até porque a origem do licenciamento não é essa, a origem do  
1647licenciamento do código americano do SEPA, dentre as alternativas apresentadas  
1648qual é a alternativa menos impactante para o meio ambiente e não para dizer que  
1649vai fazer ou não vai fazer. O que tínhamos que discutir é a Matriz Energética desse  
1650país. O grande político ambiental que o CONAMA poderia contribuir está discutindo  
1651a Matriz Energética, se é uma premissa que temos que crescer tanto da geração de  
1652energia, temos que saber aonde e como, depois não ainda vir aqui e ficar dizendo:  
1653“quero Belo Monte, não quero isso e não quero aquilo”. Agora, todos querem  
1654consumir energia, ninguém quer fazer redução no seu consumo de energia. Então,  
1655nós temos que discutir isso qual é a Matriz Energética e se a premissa que vamos  
1656precisar mais de energia ou não é uma premissa verdadeira ou não e que vamos  
1657rediscutir-la. Então, a minha sugestão ao CONAMA é trazer para discutir aqui a  
1658questão da energia, qual é à demanda da energia e qual é à Matriz Energética? Já  
1659tem uma proposta do Governo, vamos discutir isso do ponto de vista ambiental e  
1660essa é a melhor ou não alternativa. (Palmas).

1661

1662

1663**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito obrigado Conselheiro José Cláudio. Esse  
1664tema virá na próxima Reunião Ordinária do CONAMA como um tema para o debate.  
1665É um pleito do próprio Ministério das Minas e Energia, a própria Ministra Isabela, na  
1666última reunião do CONAMA, anunciou o desejo dela de trazer o debate sobre a  
1667nossa Matriz Energética para o debate desse Plenário. E acho que é muito  
1668pertinente a sua observação. Conselheira Ceicilene, por favor.

1669

1670

1671**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Eu queria só  
1672relatar um fato que foi trazido aqui e que concordo plenamente com relação a  
1673questão de não trazer para o licenciamento ambiental várias questões da região. E  
1674preocupado com essa questão o Governo Federal junto com o Governo do Estado  
1675do Pará, está finalizando o Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu e esse  
1676Plano de Desenvolvimento Regional abrange 11 municípios da região do Xingu e  
1677estão sendo propostas várias ações antecipatórias, estruturantes, não só vinculadas  
1678a questão de Belo Monte, mas as próprias deficiências da região e a intenção é que  
1679justamente a região seja contemplada com políticas públicas mais assertivas. Então,  
1680no leilão da Usina de Belo Monte já foi sinalizado que o concessionário vencedor vai  
1681ter que aportar 500 milhões para o plano e também fora os recursos do Governo  
1682Federal e do Governo Estadual. E também o Programa Luz para Todos, que é de  
1683conhecimento da Plenária aqui, ele foi ampliado para a região do Xingu, não só para  
1684os municípios que serão impactados pela usina de Belo Monte, visando o  
1685atendimento de energia daquela região. Então, só queria concluir que entendemos  
1686que a moção não é cabível, tendo em vista a importância do empreendimento para o  
1687país que todas as instituições públicas envolvidas para autorização do  
1688empreendimento se manifestaram a favor e que toda a legislação ambiental e as  
1689questões ambientais estão sendo atendidas. Obrigada.

1690

1691

1692**O SR. ALAN RODRIGUES DE AMORIM (ONG Novos Curupiras)** – Bom, justificar  
1693o injustificável para a Amazônia pagar o preço que já foi reportado à lógica de

1694Tucuruí e quem mora na região sabe que por anos muitos municípios e  
1695comunidades estão sem energia e o impacto ambiental só analisamos depois que é  
1696feito, a previsão é muito maior a perspectiva dos impactos ambientais do que são  
1697logicamente..., objetiva o interesse público sobre a questão da Matriz da Energia  
1698precisa atender sim, mas a Amazônia pagar o preço em uma área tão importante e  
1699pouco conhecida como Xingu? Como você observa em alguns dados 51.1600  
1700hectares, algumas pessoas não tem a dimensão do que é isso em terra, do que é  
1701isso em área e o que isso significa para uma área como a Amazônia e o Xingu ser  
1702inundado, onde tem comunidades tradicionais indígenas que historicamente nós  
1703vemos acompanhando aquilo que a mídia mostra, mas o que de fato é a luta de  
1704resistência e simplesmente justificar que remanejar aproximadamente 20 mil  
1705pessoas do local de origem, onde tem o processo histórico vivenciado por  
1706comunidades tradicionais indígenas, é simplesmente negar a história de existência  
1707da Amazônia, perceber que 4 meses 11.233 megawatts de energia, só em 4 meses,  
1708e nós ficamos o resto dos meses com 4 mil megawatts, simplesmente para justificar  
1709a construção de um projeto tão caro, que nós vamos pagar um preço tão caro  
1710quando se debate aqui imensamente projetos para conservar a Amazônia e o meio  
1711ambiente brasileiro. E o que é pior, para quem não conhece a Amazônia a lógica do  
1712que aquilo é a melhor alternativa de trabalho e renda em um país de bastante  
1713desempregado, levar para algumas comunidades 80 mil pessoas, no mínimo, para  
1714essa construção e essas pessoas normalmente ficam lá, constituem famílias,  
1715aumentam o índice de violência, prostituição e todos os dados sociais e compensar  
1716e se justificar por conta de um projeto que vem atender o debate é maior, porque  
1717hoje é Belo Monte, amanhã vai ser o quê? Até nós comprometermos boa parte dos  
1718rios navegáveis desse país, daqui a pouco nós vamos justificar que o nuclear é a  
1719melhor alternativa. É preciso avançar nesse debate sim, mas não dá para este  
1720Conselho se eximir de se manifestar sobre tal moção e conteúdo. Sobre a questão  
1721que foi proposta é um projeto sim e quando fazemos uma moção temos um  
1722interesse, tanto é que é posicionado, não cabe a alguém alterar a redação de uma  
1723moção, visto que não assinou o termo e não concordava até, então. Nós remetemos  
1724este Plenário todo o processo histórico e que hoje eu falei que vamos protagonizar a  
1725nova cena do Avatar na Amazônia, nem que escrevamos com o nosso sangue a  
1726história de resistência neste país. (*Palmas*).

1727

1728

1729**SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Nós temos ainda para se  
1730manifestar sobre essa matéria 4 inscrições. Então, a Mesa está entendendo aqui a  
1731pedido do presidente, que saiu, que encerramos aqui nessas 4 inscrições e depois  
1732passemos a votação. As inscrições são: Sompre, comunidades indígenas, que é o  
1733próximo e pode já vir se dirigir aqui ao microfone; Maurício Lobo, ANAMMA;  
1734Urbanos, Secretaria de Portos; e em seguida o Soares. E aí encerramos as  
1735inscrições e vamos à votação.

1736

1737

1738**SR. ESCRAWEN SOMPRES (Comunidades Indígenas no Brasil)** – Bom dia. O  
1739meu nome é Escrawen Sompre, estou Conselheiro do CONAMA representando as  
1740comunidades indígenas no Brasil. Sobre a matéria gostaria de colocar aos senhores  
1741aquilo que já foi visto pela maioria nos meios de comunicação do Brasil e fora do  
1742Brasil, o descontentamento das comunidades afetadas naquela região mesmo no  
1743indireto e de maneira que a forma como foi encaminhado o processo naquela região  
1744ao longo desses 20 anos desde 89 para cá, ela deixou um descontentamento  
1745enorme em função de não ter sido feito na maneira em que a legislação dita. No

1746 caso estamos com uma Convenção 69, uma Convenção Internacional da  
1747 Organização Internacional do Trabalho na qual diz que a questão da relação dos  
1748 Governos com as comunidades a questão do consentimento livre e prévio  
1749 informado, infelizmente isso não foi possível. A moça do MME falou sobre as oitavas  
1750 na questão das comunidades indígenas, infelizmente pessoal a maioria das pessoas  
1751 lá não tem o conhecimento pleno da questão não indígena aqui fora. Então, todo  
1752 esse debate se dá em uma versão em português, em uma versão jurídica e o  
1753 pessoal lá não tem. Então, o consentimento dos índios, infelizmente pela negativa,  
1754 se dá no impulso e não com uma questão informada, porque não estão informadas o  
1755 suficiente para dar a sua opinião infelizmente. Então, os órgãos que representam  
1756 hoje, representam os índios, representa o FUNAI, que hoje é um órgão de Governo,  
1757 então, só fica lá quem está coadunando com o Governo, se não está coadunando o  
1758 Presidente sai fora, assim quanto o IBAMA em outras ocasiões anteriores que vimos  
1759 o que aconteceu, infelizmente não vou entrar no mérito. Sei que a minha  
1760 participação aqui não vai convencer e nem o meu propósito aqui convencer A, B, C  
1761 e D disso ou daquilo outro, só queria mostrar ao senhor a insatisfação das  
1762 populações indígenas naquela região com relação à matéria. Com relação à questão  
1763 do Ministério Público, o Ministério Público Federal do Pará entrou sim pedindo que  
1764 não fosse feito o leilão, mas juridicamente os juízes aprovaram que sim e ficou  
1765 prejudicado. Então, quero trazer para vocês para terminar aqui o descontentamento  
1766 das comunidades indígenas com relação à matéria, porque não é só isso, só para  
1767 terminar, a nossa preocupação é o pós, porque por ali vão ter que abrir estradas o  
1768 suficiente para levar maquinários e muita coisa e isso vai ser uma segundo 163 para  
1769 nós, não é só a questão da barragem, a questão posterior, porque vão levar para lá  
1770 e sabemos que para transportar todo o material necessário para uma usina têm que  
1771 ser uma estrada de boa qualidade, para levar turbina, para levar, enfim, uma série  
1772 de outras coisas, como eu acompanhei na região de Marabá, em Tucuruí as turbinas  
1773 passaram por dentro da reserva (...) com uma estrada excelente. Então, temos essa  
1774 preocupação posterior que não está sendo colocada em pauta. Gostaria de dizer  
1775 aos senhores também que estamos sendo afetadas pela usina hidroelétrica de  
1776 Marabá, que vai tomar parte da nossa Terra Indígena Mães Maria em Marabá, que  
1777 também é outro esquema que estamos começando a discutir. Então, a minha  
1778 proposta aqui é o seguinte: é uma reflexão o fato de aprovar ou não, sei que o  
1779 companheiro está (...) e concordo com ele, mas o fato de aprovar ou não é um  
1780 processo do Plenário e só gostaria que os senhores refletissem um pouco mais  
1781 sobre a questão como foi conduzido esse processo junto às comunidades indígenas.  
1782 Obrigado. (*Palmas*).

1783

1784

1785 **O SR. MAURÍCIO LOBO ABREU (ANAMMA Sudeste)** – Depois de ouvir a fala do  
1786 Conselheiro José Cláudio é mais um reforço, eu acho que o que falta realmente é  
1787 discutir estratégias de geração de energia aqui no Brasil. Eu acho que esse projeto  
1788 não responde a necessidade do Brasil, o custo-benefício não atende, problemas  
1789 ambientais, o pós a operação, acho que essa reflexão talvez caiba nesse momento,  
1790 trabalhar a eficiência energética em geração de energia foto voltaica, eólica é só o  
1791 primeiro leilão. Então, acho que essa questão é que cabe nessa moção, talvez  
1792 pudesse ser melhorada, mas o sentido que esse projeto não atende o que eu vejo, o  
1793 que entendo que é a moção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Obrigado.

1794

1795

1796 **O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – Embora eu  
1797 não trabalhe na área energética e nem na área ambiental, eu conheço a área e fui

1798em Altamira e procurei ler o material, quer dizer, o EIA/RIMA, porque parece que  
1799não se lê e se aquilo que está lá, as propostas que estão lá forem verdades, forem  
1800corretas, não tem muito sentido isso que está se falando aqui. Eu acho que tem  
1801várias injustiças nesse processo e queria tempo para poder enumerá-las. Essas  
1802críticas há uma má interpretação do assunto, na minha visão tudo que foi dito aqui  
1803agora e o que eu li sobre a matéria sinto que há uma má interpretação sobre esse  
1804assunto. Por exemplo, vamos falar dos números que estão aqui na moção, fala-se  
1805que 516km<sup>2</sup>, 51600 hectares, de florestas serão desmatados. Na verdade, são  
1806200km<sup>2</sup> de florestas a serem desmatados, não são 516 quilômetros quadrados. Por  
1807quê? Porque 40% do reservatório é dentro do rio, onde não tem mata, outros 25%  
1808estão em áreas já desmatadas. A região de Altamira tem 300 mil habitantes, não é  
1809como a região de Tucuruí que não tinha ninguém, tinha um povoado quando foi feito  
1810há 40, 30 anos, a região muito ocupada, é o 4º município com maior rebanho de  
1811gado do Pará, é o 4º município com o maior rebanho bovino do Pará, é uma área  
1812que tem rodovia transamazônica já construída há 40 anos, acessos permanentes,  
1813além de estradas estaduais, tem um aeroporto comercial, tem um sistema de saúde,  
1814que tem um caráter regional. Nós não estamos falando de uma área amazônica  
1815entocada e florestada, estamos falando de uma região bastante impactada e não  
1816podemos comparar essa situação com outras do passado, onde realmente se  
1817começou do nada, do zero, tendo que se construir cidades, tendo que se construir  
1818aeroportos, tendo que se construir estradas para que se pudesse viabilizar essas  
1819obras no passado e o impacto foi realmente grande. Eu queria mais tempo, porque  
1820todos que opinaram contrariamente tiveram bastante tempo para falar e queria  
1821defender.

1822

1823

1824**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Conselheiro Urbano, infelizmente nós não  
1825podemos abrir esse precedente.

1826

1827

1828**O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – O segundo  
1829ponto que eu queria levantar, já foi dito aqui, é que o fato de ter evoluído o projeto ao  
1830longo dos últimos 30 anos e mais recentemente, eliminando uma parte do  
1831reservatório e preservando a Volta Grande, ao contrário do que se fala, está se  
1832preservando a paisagem, está se preservando os habitats. Ao se preservar um  
1833ideograma de vazões, que não vai secar o rio, as vazões, pelo que eu li no EIA, vão  
1834variar de 700m<sup>3</sup> por segundo, na seca, a 8000m<sup>3</sup> por segundo no período de cheia  
1835dependendo do ano. Então, não vai secar rio, vai ter navegabilidade, é uma vazão  
1836estimada para manter navegabilidade nesse trecho, onde hoje é navegável. Então,  
1837são dados que não condizem com a realidade que enxergo. O segundo ponto, que  
1838me parece importante mencionado, é que Belo Monte tem um impacto ambiental  
1839enorme em termo de país, vai durante a sua vida útil economizar cerca de 2 bilhões  
1840de barris de petróleo, que vão virar CO<sub>2</sub> na atmosfera. Permite que as energias  
1841alternativas eólicas de biomassa, que são no Brasil produzidas só no período seco,  
1842possam ser geradas e aumentadas, porque têm um sistema que na época da chuva  
1843fornece energia. Então, eu queria que os senhores avaliassem essa moção com  
1844todo o conteúdo que realmente merece ser vista.

1845

1846

1847**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bem, para que essa moção  
1848não se perca no vácuo, é necessário que tenha destino e com recomendações.  
1849Então, a nossa sugestão é que seja encaminhado ao Presidente da República, Luiz

1850Inácio Lula da Silva, ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério do Meio  
1851Ambiente, que é parte integrante desse processo de licenciamento, ao IBAMA, à  
1852Casa Civil da Presidência da República e finalizando com recomendação ao  
1853Governo para repensar o projeto da hidrelétrica de Belo Monte considerando que  
1854os impactos sócio-ambientais e econômicos não justificam o empreendimento.

1855

1856

1857**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Muito bem, fizemos uma discussão bastante  
1858longa sobre essa moção, nós vamos, então, para o regime de votação. Questão de  
1859Ordem da Conselheira Ceicilene.

1860

1861

1862**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Eu solicito  
1863contagem de quórum.

1864

1865

1866**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Solicito ao Secretário Nilo Diniz que proceda a  
1867verificação do quórum.

1868

1869

1870**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Pedir o apoio aqui da equipe  
1871do Departamento de Apoio ao CONAMA e aos Conselheiros para erguerem os  
1872crachás. Todos os Conselheiros e Conselheiras, por favor, erguendo o crachá e  
1873mantendo erguido para a contagem de quórum que vai ser feito. Eu vou pedir aqui,  
1874Adriana, que a Renata conte só daquele lado, alguém conta do meio e outro conto  
1875aqui. Nós temos em Plenário 45 Conselheiros, como o quórum mínimo hoje é 52  
1876Conselheiros, então, não temos quorum para a votação dessa matéria, aliás, nem  
1877dessa matéria e nem da moção que segue proposta pela ABEMA. A moção é  
1878encaminhada para discussão na próxima Plenária. A próxima moção da ABEMA  
1879também será encaminhada à Plenária e informando a próxima Plenária referente ao  
1880Sistema Distrital da Unidade de Conservação e também vai para a próxima  
1881Plenária... À moção apresentada pela Oca Brasil foi retirada pelo Lambert, porque  
1882eles já estão em acordo com o Ministério de Minas e Energia para equacionar aquilo  
1883que a Resolução, a moção está denunciando. Nós pedimos que os Conselheiros  
1884permanecessem em Plenário, porque temos agora um Informe muito importante da  
1885Resolução 362 que trata da..., é um Informe do Grupo de Monitoramento  
1886Permanente da Resolução 362/2005 que dispõe sobre o recolhimento, coleta e  
1887destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado sobre os resultados da  
1888implementação da Resolução, conforme disposto no art. 9º da mesma. Esse Informe  
1889deveria ter sido feito na primeira Plenária do ano, foi solicitado pela área técnica do  
1890IBAMA e do Ministério que fosse apresentado nessa Plenária, inclusive com um  
1891vídeo que vamos assistir agora.

1892

1893

1894**O SR. JOSÉ MACHADO (MMA)** – Eu queria antes que esse Informe seja dado ao  
1895Plenário do CONAMA, eu quero pedir licença aos Conselheiros para me retirar  
1896deixando uma saudação e um abraço a todos e transferindo aqui a Presidência para  
1897a Secretária Samira. Muito obrigado.

1898

1899

1900**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Então, convido aqui a colega  
1901do Ministério do Meio Ambiente para já ocupar a Tribuna e pedir também Mário, por

1902favor, para apagar as luzes pelo menos do palco, da Mesa para podermos assistir o  
1903vídeo. E os Conselheiros entregarem, depois que concluir a Plenária, entregar o  
1904questionário do IPEA, por favor.

1905

1906

1907(*Apresentação do Vídeo*).

1908

1909

1910**A SR<sup>a</sup>. SAMYRA BROLLO DE SERPA CRESPO (Secretária de Articulação**  
1911**Institucional e Cidadania)** – Senhores Conselheiros, estou passando aqui a  
1912palavra para o Dr. Nilo Diniz, que vai dar as instruções finais desta reunião.

1913

1914

1915**O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Antes de passar para a  
1916conclusão, nós vamos ouvir a nossa Dr<sup>a</sup>. Sabrina, que é do Ministério do Meio  
1917Ambiente, trouxe esse vídeo sobre o cumprimento da resolução 362, que vai fazer o  
1918uso da palavra brevemente só para completar.

1919

1920

1921**A SR<sup>a</sup>. SABRINA (MMA)** – Boa tarde a todos. Primeiro, eu queria agradecer, sei que  
1922estamos no horário de almoço, prometo que vai ser bem sucinta a minha  
1923apresentação. Eu queria informar, primeiro, que esse vídeo foi entregue aos  
1924Conselheiros e que o relatório completo que vou falar agora está no site do  
1925CONAMA. Aqui pelo tempo fiz uma apresentação bem resumida só com os números  
1926da coleta de 2009 para informar em cumprimento a Resolução/CONAMA o art. 9º diz  
1927que o Ministério do Meio Ambiente é responsável pela elaboração do Relatório  
1928Anual do Volume Comercializado e coletado de óleo lubrificante usado ou  
1929contaminado. Bom, aqui eu só coloquei os dois artigos que achei muito importante  
1930na Resolução, um que trata da obrigação de coleta e de destinação final do óleo,  
1931estendido a todos essa obrigatoriedade, e o art. 9º, que é porque estou aqui dizendo  
1932que temos que apresentar esse relatório detalhado. Existe uma Portaria  
1933Interministerial do Ministério do Meio Ambiente junto com o Ministério de Minas e  
1934Energia, que ele estabelece o limite mínimo que tem que ser coletado por ano. Para  
19352009 o limite mínimo nacional era de 34,2%, percentual que alcançamos, mas nessa  
1936portaria também existe os limites por região que vamos passar aqui agora e vamos  
1937ver que a região Nordeste não atingiu e outra coisa que eu queria explicar: nessa  
1938tabela vemos que está detalhado por Estado, apesar da portaria colocar os mínimos  
1939apenas por região. Isso foi um avanço da ANP, que já foi à frente, para podermos  
1940focar exatamente nos estados deficitários. Então, aqui podemos observar que  
1941tirando a região Nordeste todas as regiões atingiram um percentual mínimo de  
1942coleta, porém nem todos os estados atingiram, tem algumas regiões, por exemplo,  
1943aqui na região Norte que o Amazonas atingiu praticamente sozinho levando a região  
1944toda. Estou falando da Norte, só para mostrar que apesar de a região Norte ter  
1945atingido o limite, a maioria dos estados ficaram abaixo da coleta. Então, aqui a  
1946tabela que tem na Portaria Interministerial Meio Ambiente e Minas e Energia de 2007  
1947aí têm o percentual por região para 2009, região Nordeste era de 21%, região Norte  
1948de 20%, Centro-Oeste 29% e a região Sudeste 34%, sendo o percentual nacional de  
194934,2. A única região do Brasil que não atingiu as metas foi a região Nordeste,  
1950ficando um pouco abaixo, 1,94%, abaixo do percentual. E aquilo que eu já falei,  
1951apesar de a portaria ter as metas por região, nós já estamos detalhando por estado.  
1952Como justificativas por essa baixa Taxa de Recolhimento, nós identificamos:  
1953deficiências na logística de coleta, deficiência na apuração dos estoques e desvios

1954 ilegais, inadimplência de alguns produtores no envio dos dados, e a crise econômica  
 1955 do último trimestre de 2009. E por fim, colocamos aqui como ações corretivas  
 1956 próximos passos para evitar que esse número se repita no ano que vem, uma  
 1957 capacitação nos estados deficitários envolvendo órgãos ambientais, estaduais e  
 1958 municipais na Resolução do CONAMA. A próxima oficina vai ser na Paraíba em  
 1959 virtude de ter sido um percentual mais baixo de coleta que nós identificamos. Novas  
 1960 Resoluções da ANP estabelecendo medidas mais rigorosas para os produtores,  
 1961 importadores e inadimplentes. Aqui vale lembrar que já tem 50 autuações e  
 1962 encaminhamento para produtores e importadores que não enviaram os dados ou  
 1963 que não atingiram, já está para ser expedida pela NP. Investigação de dados  
 1964 discrepantes sobre o volume comercializado e coletado pela NP e a fiscalização  
 1965 coordenada da NP junto com o IBAMA. Nesse assunto já fizemos uma reunião  
 1966 sexta-feira passada no Ministério de Minas e Energia junto com o IBAMA e a NP  
 1967 estabelecendo um cronograma de fiscalização coordenada dos dois órgãos para  
 1968 poder atingir esse percentual. Era só isso. Muito obrigada. Se tiver alguma dúvida,  
 1969 alguma coisa sobre os dados que apresentei.

1970

1971

1972 **O SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (DCONAMA)** – Eu pergunto se algum  
 1973 Conselheiro tem alguma dúvida ou quer algum esclarecimento? Hoje foi falado aqui  
 1974 pelo Presidente sobre vitórias do CONAMA, eu acho que essa Resolução  
 1975 claramente é uma dessas vitórias desse Conselho, não só pela taxa que vem  
 1976 recolhendo, mas a mobilização que tem feito no GMP com um debate muito  
 1977 importante e decisivo para o sucesso do cumprimento dessa Resolução. Eu te  
 1978 agradeço Sabrina e também toda à equipe do MMA, IBAMA, ANP, que tem  
 1979 trabalhado bem com muita qualidade nesse Grupo de Monitoramento Permanente.  
 1980 Senhores, eu vou passar aqui para a Presidente concluir os trabalhos por hoje. Nós  
 1981 tínhamos aqui solicitação de Informe do Ministério do Exército e do Governo do  
 1982 Distrito Federal, que em função do avançado do horário estamos solicitando que  
 1983 eles, caso mantenham interesse, apresentem a proposta de Informe para a próxima  
 1984 reunião Plenária. A próxima Reunião Ordinária está marcada para 25 e 26 de  
 1985 agosto. Foi marcado esse período aí em função das eleições, para evitar o mês de  
 1986 setembro, que é um mês de muita atividade eleitoral e campanha eleitoral, mas nós  
 1987 não sabemos ainda se a Ministra, Presidente do Conselho, convocará a Reunião  
 1988 Extraordinária daqui até agosto. Então, vamos aguardar e por enquanto a previsão é  
 1989 para essa Plenária de agosto.

1990

1991

1992 **A SR<sup>a</sup>. SAMYRA BROLLO DE SERPA CRESPO (Secretária de Articulação**  
 1993 **Institucional e Cidadania)** – Senhoras e senhores, não havendo outros  
 1994 encaminhamentos a Presidência da Mesa está encerrando essa seção, muito  
 1995 obrigada pelo comparecimento de todos e até a próxima reunião. (*Palmas*).